



Câmara Municipal  
de Oeiras

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022**

**ATA NÚMERO SETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 16 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
- 17 - PROPOSTA Nº. 224/22 - DTGE - FESTIVAL PANDA - APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO**
- 18 - PROPOSTA Nº. 225/22 - DOM - Pº. 2021/112-DGEP - “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES**
- 19 - PROPOSTA Nº. 226/22 – DBPL - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACORDO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O PLANO NACIONAL DE LEITURA 2027**

- 20 - PROPOSTA Nº. 227/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COMPANHIA DE ATORES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA [PÊ] PREFIXO DE DESUMANIZAÇÃO**
- 21 - PROPOSTA Nº. 228/22 - GAEP - “PARQUES TEJO, E.M.” - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022-2023, COM PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- 22 - PROPOSTA Nº. 229/22 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 3/81, SITO NA ESTRADA DE OUTURELA, EM CARNAXIDE**
- 23 - PROPOSTA Nº. 230/22 - DMOTDU - CONTRATO Nº. 1081/2021 DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - PROTOCOLO ADICIONAL AO PROTOCOLO Nº. 36/2020 - (PROTOCOLO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS DAS TECNOLOGIAS DA MOTRICIDADE HUMANA E DO DESPORTO) - MODIFICAÇÃO OBJETIVA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
- 24 - PROPOSTA Nº. 231/22 - GAEP - “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.” - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022, PARECER DO FISCAL ÚNICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022**
- 25 - PROPOSTA Nº. 232/22 - DEM - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA A PRAÇA DOS LUSÍADAS, EM LINDA-A-VELHA**
- 26 - PROPOSTA Nº. 233/22 - DEM - Pº. 2020/161-DEM - REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA BÁSICA DR. JOAQUIM DE BARROS, EM PAÇO DE ARCOS**
- 27 - PROPOSTA Nº. 234/22 - DEM - Pº. 2020/158-DEM - REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA AMÉLIA REY COLAÇO, EM LINDA-A-VELHA**
- 28 - PROPOSTA Nº. 235/22 - DPU - P2/2006/23 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**LOTEAMENTO Nº. 10/2007, LINDA-A-VELHA, SOLICITADA POR “ÍNDICE PLURAL, UNIPESSOAL, LDA.”**

- 29 - PROPOSTA Nº. 236/22 - DDPE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS “MEDIADORES PARA O SUCESSO ESCOLAR” - 2º. CICLO, “GERAÇÃO DE SUCESSO” - 1º. CICLO E “SUCESSO 2040” - PRÉ-ESCOLAR NAS EBI SOPHIA DE MELLO BREYNER, EB AMÉLIA VIEIRA LUÍS E JI TOMÁS RIBEIRO (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARNAXIDE-PORTELA) E EB PEDRO ÁLVARES CABRAL E JI DA EB DE PORTO SALVO (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AQUILINO RIBEIRO)**
- 30 - PROPOSTA Nº. 237/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AO CENTRO PAROQUIAL DE BARCARENA, DESTINADO À DINAMIZAÇÃO DE HORTAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS - AQUI HÁ HORTA**
- 31 - PROPOSTA Nº. 238/22 - DGP - 1ª. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022**
- 32 - PROPOSTA Nº. 239/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, NºS. 32, R/C DTO. E 34, 1º. DTO., BAIRRO DE S. MARÇAL, POR REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO**
- 33 - PROPOSTA Nº. 240/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JUNÇÃO DO BEM, Nº. 58, NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 34 - PROPOSTA Nº. 241/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA ALAMEDA JORGE ÁLVARES, Nº. 5, 1º. DTO., BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 35 - PROPOSTA Nº. 242/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 52, R/C DTO., BAIRRO RIBEIRA DA LAGE**

- 36 - PROPOSTA Nº. 243/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 11, R/C A, NO BAIRRO DOS BARRINHOS
- 37 - PROPOSTA Nº. 244/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 52, R/C DTO. NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAJE
- 38 - PROPOSTA Nº. 245/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 18 DE MAIO
- 39 - PROPOSTA Nº. 246/22 - DEM - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DA 6ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA RELATIVA À “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS”
- 40 - PROPOSTA Nº. 247/22 - DOM - Pº. 2020/161-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA BÁSICA DR. JOAQUIM DE BARROS, EM PAÇO DE ARCOS” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES
- 41 - PROPOSTA Nº. 248/22 - DVM - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA À LOCAÇÃO DE AUTOCARROS COM CONDUTOR, NO ÂMBITO DO PROJETO OEIRAS EDUCA, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO
- 42 - PROPOSTA Nº. 249/22 - DMOGAH - FIXAÇÃO DOS PREÇOS DOS VINHOS “VILLA OEIRAS” PARA ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, SIMAS E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DE OEIRAS
- 43 - PROPOSTA Nº. 250/22 - DOM - Pº. 2021/112-DGEP - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS RELATIVOS À “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA”
- 44 - PROPOSTA Nº. 251/22 - DP - PEDIDO DE ADIAMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO RELATIVA À CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO - OCTÓGONO SITO NA RUA DESEMBARGADOR FARIA



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 45 - PROPOSTA Nº. 252/22 - DP - DESANEXAÇÃO E ANEXAÇÃO DE TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITOS EM LINDA-A-VELHA**
- 46 - PROPOSTA Nº. 253/22 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**
- 47 - PROPOSTA Nº. 254/22 - DAEGA - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE MÉRITO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2021/2022**
- 48 - PROPOSTA Nº. 255/22 - DPCHM - Pº. NPH/04/DPCHM/2020 - EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO ALTO DA MONTANHA**
- 49 - PROPOSTA Nº. 256/22 - DOT - APROVAÇÃO DO ESTUDO DE RECONVERSÃO URBANÍSTICA PARA OS TERRENOS MUNICIPAIS DA EX-COMPANHIA NACIONAL PETROQUÍMICA (CNP)**
- 50 - PROPOSTA Nº. 257/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS, REFERENTE À TEMPORADA 2022, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº. 253/2014**
- 51 - PROPOSTA Nº. 258/22 - DPU - P108/2021 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/1996, SOLICITADA PELA TAGUSPARK, S.A.**
- 52 - PROPOSTA Nº. 259/22 - DRU - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EMPREITADA “01/DRU/2020 INFRAESTRUTURAS ZONA C - FASE I - LAJE”**
- 53 - PROPOSTA Nº. 260/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE 3 MENSALIDADES DO SUBSÍDIO MENSAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO**
- 54 - PROPOSTA Nº. 261/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, ÀS 7 ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

**DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**

**55 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022 -----

-----ATA NÚMERO SETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Doutor Fernando Gabriel Dias Curto, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha e ainda presentes embora entrados no decurso da reunião os Senhores Vereadores Doutor Armando Agria Cardoso Soares e Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar. -----

----- Faltou o Senhor Vereador Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e quarenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo. --- -----

**2 - APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número quatro, de dois mil e vinte e dois, de dezasseis de fevereiro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

**3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----**

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois a um de abril de dois mil e vinte e dois, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e dois, constatando-se um saldo orçamental positivo de trinta e nove milhões noventa e nove mil quatrocentos e sete euros. -----

**4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----**

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia vinte e oito de março, os quais são: -----

-----“Informações: -----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data;-----

-----Tomou conhecimento da Clínica de Saúde - Estatística janeiro e fevereiro; -----

-----Tomou conhecimento da TRH - Tarifário para dois mil e vinte e dois e aprovou, por unanimidade, o proposto;-----

-----Tomou conhecimento da reconciliação bancária do mês de janeiro.-----

----- Propostas de deliberação:-----

-----Pedido de autorização para consolidação da mobilidade na categoria de Técnico Superior no mapa de pessoal da Secretária-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Mobilidade na categoria de Assistente Operacional, para os SIMAR de Loures e Odivelas - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Pedido de consolidação da mobilidade na categoria de Técnico Superior no mapa de pessoal dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Homologação de atas e determinação de posicionamento remuneratório no âmbito de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico no Departamento de Engenharia e Gestão de Infraestruturas em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo celebrado com Assistente Operacional - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Proposta de implementação de alterações no âmbito do funcionamento da Linha de Roturas e Obstruções na Via Pública - Retirado; -----

----- Projeto de Regulamento de Prevenção e Detecção do Consumo de Álcool em Contexto Laboral - SIMAS - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Revisão das bases de preços para estimativas orçamentais de empreitadas de redes de água e saneamento e aprovação das novas tabelas de preços - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público internacional para a prestação de serviços de seguros “Ramo não Vida”, por lotes (Lote um - Seguro de Acidentes em Trabalho; Seguro de Frota Automóvel; Lote dois - Seguro Multirriscos; Seguro de Responsabilidade Civil (incluindo laboração de máquinas); Lote três - Seguro de Acidentes Pessoais em Viagem) pelo preço base de novecentos e sessenta e nove mil euros, isento de IVA, pelo prazo de doze meses eventualmente renovável por mais doze meses, num total de vinte e quatro meses, a ocorrer nos

anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, destinado à empreitada de remodelação de redes de abastecimento de água e de águas residuais e pluviais do Bairro Alto do Moinho, Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora, pelo preço base de dois milhões novecentos e três mil duzentos e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo de setecentos e trinta dias, prevendo-se que o mesmo decorra entre janeiro de dois mil e vinte e três e dezembro de dois mil e vinte e quatro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, destinado à produção de espetáculos culturais exclusivos, subordinados ao tema do ambiente e da água, pelo Teatro Independente de Oeiras/Pura Comédia, pelo prazo de doze meses, com início no ano de dois mil e vinte e dois - Revogação do ato de abertura do procedimento em curso e abertura de novo procedimento, com o preço base de trinta mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional no Jornal Oficial da União Europeia, para a prestação de serviços destinados à aquisição de serviços de Impressão, Envelopagem e Finalização de Documentos pelo preço base de duzentos e sessenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses extensível a trinta e seis meses, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Alteração do Gestor do Contrato de “Aquisição de serviços de patrocínio judiciário, representação forense e consultoria jurídica, nomeadamente no âmbito do projeto de reestruturação dos SIMAS” número trinta e cinco, de dois mil e vinte e um, adjudicado à



Câmara Municipal  
de Oeiras

sociedade de advogados “Rui Pena, Arnaut & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL” -

Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Procedimento por consulta prévia, com consulta a três entidades, para a aquisição de sistema de controlo e gestão de assiduidade - Adjudicação à empresa DIMEP - Dimas de Melo Pimenta, Europa Sistemas de Ponto e Acesso, Sociedade Anónima, pelo valor de dois mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução, consubstanciado na entrega, de trinta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para execução da empreitada destinada à remodelação das redes de drenagem nos arruamentos Rua Primeiro de Dezembro, Rua Alexandre Herculano, Rua Dom Nuno Álvares Pereira e na Rua de Angola, na Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora - Tomo Um - Zona Norte - Adjudicação à empresa Mafrágua, Limitada, pelo valor de um milhão oitenta e dois mil setecentos e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de duzentos e quarenta dias, após a consignação, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à elaboração de projetos de remodelação das redes e ramais de abastecimento de água na zona do Zambujal, na Freguesia de Alfragide, no Concelho da Amadora - Adjudicação à empresa Hidra - Hidráulica e Ambiente, Limitada, pelo valor global de dezasseis mil oitocentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de cento e oitenta dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para implementação e gestão do Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade “PEAS” - anos de dois mil e vinte e dois, dois mil e

vinte e três e dois mil e vinte e quatro - Reprogramação financeira e adjudicação à entidade “Gesto Planetário - Unipessoal, Limitada”, pelo valor de cento e sessenta e oito mil novecentos e cinquenta euros, com o prazo de execução de vinte e seis meses, a realizar nos anos letivos de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, bem como, da exclusão do concorrente SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Sociedade Anónima”, por ter apresentado proposta com valor superior ao do preço base estabelecido - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público, destinado à aquisição de um sistema de produção de água purificada para a Unidade Laboratorial - Reprogramação financeira - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Processo de inquérito número um, de dois mil e vinte e dois - Relatório e proposta do instrutor - Foi aprovada, por unanimidade, a proposta do instrutor.” -----

##### **5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----**

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número cento e vinte e três, remetendo cópia da deliberação sobre moção sobre os Combustíveis para Associações de Bombeiros, apresentada pelo Grupo Político Municipal da CDU, na qual deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Partido Socialista e uma do Partido Chega: -----

----- Um - Expressar a sua solidariedade às AHBV do Concelho de Oeiras, no seu empenho e esforço humano, material e financeiro prestado na resposta permanente às múltiplas necessidades sociais e de segurança das populações e na sua luta por um sistema de financiamento e compensação justo e efetivo;-----

----- Dois - Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares para que, com rapidez promovam iniciativas legislativas que permitam o acesso ao “gasóleo verde” pelas corporações de Bombeiros;-----

----- Três - Recomendar ao Ministério da Saúde a cobertura dos custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes.-----

----- Número cento e trinta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e quarenta e três, de dois mil e vinte e dois-DRU - Processo treze/Divisão de Reabilitação Urbana/ dois mil e vinte e um - Casal da Choca - Construção da Alameda da Zona C - Aprovação de relatório final e adjudicação da empreitada, aprovação da minuta de contrato e alteração orçamental, na qual deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a adjudicação da empreitada “Construção da Alameda da Zona C”, ao concorrente “SCAMPIA, Engenharia, Limitada” com um prazo de execução de trezentos e sessenta dias, com o valor de setecentos e vinte e nove mil quinhentos e dez euros e três cêntimos, ao qual acresce IVA à taxa

legal de seis por cento, totalizando o valor de setecentos e setenta e três mil duzentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos, com a seguinte programação plurianual:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e dois: trezentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos;-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: quatrocentos e vinte e nove mil trezentos euros e sessenta e sete cêntimos.-----

-----A descabimentação do saldo diferencial entre o valor base fixado para o presente procedimento (oitocentos e cinquenta mil seiscentos e cinquenta euros) e o valor da proposta do concorrente vencedor (setecentos e setenta e três mil duzentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos), valores com IVA incluídos.-----

-----Número cento e trinta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e sessenta e cinco, de dois mil e vinte e dois - DCS - Processo das Juntas das União das Freguesias e de Freguesias relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância - Primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição financeira às Juntas da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, da União das Freguesias de Carnaxide e de Queijas, da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante global de duzentos e dez mil e trezentos euros, para a comparticipação nas despesas



Câmara Municipal  
de Oeiras

estimadas, do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, com o pessoal afeto aos estabelecimentos de infância da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e do Centro Social e Paroquial de Oeiras, repartidos da seguinte forma: -----

----- Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesia - Valor semestral / Valor mensal a transferir: - -----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - sessenta mil euros / dez mil euros; -----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - setenta e oito mil euros / treze mil euros; -----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - trezentos euros / cinquenta euros; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - setenta e dois mil euros / doze mil euros. -----

----- Número cento e trinta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e setenta e oito, de dois mil e vinte e dois - DP - Anexação de terrenos municipais e retificação de área / integração de terrenos no domínio público, sítios em Paço de Arcos, na qual deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a integração no domínio público municipal de duas parcelas de terreno com a área total de oitocentos e cinco metros quadrados. -----

----- Número cento e quarenta, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO

número cento e oitenta e quatro, de dois mil e vinte e dois - DPOC - Primeira alteração orçamental modificativa (revisão), na qual deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra, sendo dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Chega, e com nove abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a primeira alteração orçamental modificativa de dois mil e vinte e dois (primeira revisão) e a primeira alteração modificativa às Grandes Opções do Plano (primeira revisão). --- -----

-----Número cento e quarenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e noventa e sete, de dois mil e vinte e dois - GAP - Reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - Aquisição de projeto do Centro de Congressos de Oeiras, na qual deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar a reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - “Aquisição do Projeto do Centro de





Câmara Municipal  
de Oeiras

Congressos de Oeiras”-----

**6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes:-----

----- O **Primeiro** que disse:-----

----- “Gostaria de dizer que sobre as coisas que coloquei na última reunião de Câmara, só uma foi concretizada, foi colocar o alcatrão junto à caixa dos esgotos.-----

----- Quanto aos catos e à caleira, os moradores juntaram-se e compraram relva e terra, mas há necessidade de comprar mais terra e mais relva, de modo que venho solicitar que a Câmara nos faculte esses materiais.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Na próxima sexta-feira irá ser feita uma visita ao local para analisarem a situação.”-----

----- O **Segundo** disse o seguinte:-----

----- “Os moradores do Alto do Lagoal precisam de saber, porque a partir de junho haverá novos transportes, o que está previsto para aquela zona, visto que aos fins de semana, feriados e à noite, não temos qualquer transporte e mesmo durante a semana é de hora à hora e a maioria das vezes vêm muito atrasados e as crianças não têm hipótese de chegar à escola a tempo.-----

----- Se fizermos as contas aos fins de semana e feriados é um terço dos dias, para além do facto de haver muitas pessoas de idade naquela zona.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu o seguinte:-----

----- “O adjunto da Vereadora Joana Baptista vai-lhe enviar por email as alterações que vão haver.”-----

----- O **Terceiro** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de chamar a atenção da segurança rodoviária junto às escolas, nomeadamente da Escola Conde Oeiras, porque há muitos pais a levar as crianças à escola de

carro, em parte porque é muito perigoso ir a pé, por isso há que melhorar. -----

-----A gasolina está mais cara e as pessoas tentam evitar o carro, de modo que as crianças andam mais de bicicleta, eu ando de bicicleta todos os dias com a minha filha, e sinto medo pelas outras crianças, no máximo já vi cinco bicicletas na escola e ainda é uma escola grande, elas vão sozinhas, não têm noção nenhuma e há muito pouco percurso de ciclovia, por isso algumas vão pelo passeio, mas se o passeio está entupido, têm que ir para a estrada, eu passei a usar um colete fluorescente em especial da parte da manhã. -----

-----Os jovens andam de bicicleta e com auscultadores na cabeça. -----

-----Era necessário investir um pouco mais urgentemente nas bicicletas. -----

-----Há pouco tempo puseram um posto de reparação de bicicletas perto de uma das entradas da Escola Conde de Oeiras, mas a entrada para bicicletas é a outra entrada, é bom, mas se imaginarmos que põem carregamentos para automóveis, mas se não há estradas, dava jeito que fizessem estradas, por isso se põem um posto de reparação de bicicletas, é bom haver bicicletas. -

-----Na reunião pública que estive presente, o Senhor Vice-Presidente disse que tinham ideia de pôr bicicletas partilhadas, espero que quando chegarem as bicicletas e as ciclovias não esteja tudo estragado. -----

-----A ciclovia da Alameda da Conde de Oeiras está ótima, mas não é uma ciclovia estrutural, precisávamos daquela ciclovia mais estrutural, por exemplo, a Escola Conde de Oeiras está ao lado de muitas urbanizações, por isso, fazer uma ciclovia a ocupar uma das faixas da Avenida da República, passando pelo Centro de Saúde, na Rua Salvador Allende, isso fazia com que imensa gente, se fosse seguro, pudesse ter alternativa de ir apanhar o comboio de bicicleta, e as pessoas que andam de autocarro não teriam que sofrer ao fim do dia, porque os autocarros vão cheios de gente e facilitava mais a vida a quem anda de transportes públicos. -----

-----O COMBUS começa às oito horas e trinta minutos, se começasse à sete horas e trinta minutos, e como passa perto de duas escolas, as crianças poderiam apanhar aquele transporte. ----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Não faço ideia para onde vai o COMBUS, tenho que ir à NET pesquisar, por isso, se tivesse a bola ao meio do poste a dizer para onde vai, era bom. -----

----- A Câmara já deve ter alguém que percebe de bicicletas, mas não há ninguém que perceba tanto como a MUBI - Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta, por isso a pessoa da Câmara responsável pela circulação podia pedir à MUBI conselhos, que se calhar podia arranjar alguém que respondesse a dúvidas, porque a MUBI é para melhorar a mobilidade em bicicleta e é o que se precisa agora. -----

----- A Câmara para fazer dinheiro e ordenar o estacionamento ao lado da Estação de Oeiras pôs estacionamento pago, mas a verdade é que ao pé da zona da Polícia está cheio de carros, não sei se são dos polícias, mas depois está vazio, no entanto, mais à frente estão em cima dos passeios, porque as pessoas não têm dinheiro, por isso valia a pena pôr aquilo para bicicletas.

----- Na Rua Quinta das Palmeiras, puseram na estrada o limite de velocidade trinta quilómetros, não noto que faça muita diferença, porque alguns carros andam a trinta, mas a maioria anda acima dessa velocidade, para além de haver muitos carros em cima dos passeios. ---

----- Era importante à frente das escolas criar um espaço a impedir os carros de estacionar e parar à frente das escolas. -----

----- O facto de os passeios não serem bons fazem com que as crianças e os idosos sejam centrifugados para as vias públicas, o que não é nada simpático. -----

----- Em relação ao pólen, na Rua Quinta das Palmeiras com a Rua Carlos Mardel, durante muitos anos tinha duas árvores e mato, e nesta altura, na Primavera, estava cheio de flores, e abelhas, mas antes das eleições puseram catos e uma árvore, mas podiam ter posto quatro árvores, para além do facto de lá andarem três jardineiros só a tirar ervinhas, puseram pedras, certamente não puseram plástico, o que é bom, mas depois nascem ervas, mas deviam plantar mais árvores e deixar as ervas, porque precisamos de captar água, precisamos de reservar água, precisamos de ter mais pássaros, precisamos de ter mais abelhas, aqueles catos não chamam

abelham, não guardam água, não fazem frescura quando estiver um calor tórrido, por isso chamo a atenção para plantarem coisas que chamem insetos, que capturem dióxido de carbono e façam sombra.” --- -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Estamos a iniciar as bicicletas partilhadas, tal como a construção de rede de ciclovias nunca foi tanta como nos últimos anos no Concelho, assim como em relação às árvores, o Município de Oeiras, é o Município da Área Metropolitana de Lisboa com maior espaço verde por habitante. -----

-----Desde dois mil e seis foi aprovado um Plano Estratégico de Arborização e estamos a plantar uma árvore por cidadão, se passar ao lado da Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove -Três conseguirá ver as plantações que foram feitas nos últimos anos.-----

-----Quanto à mobilidade, agradeço a sugestão da Associação, mas o Município de Oeiras tem em elaboração, na fase final, o Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidades do Concelho, com uma equipa liderada pelo Professor Nunes da Silva, Catedrático do Instituto Superior Técnico, provavelmente um dos maiores especialistas em mobilidade do País e dentro em breve irá ser apresentado ao Executivo Municipal.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“A Senhora traduziu aqui preocupações que são as nossas e as preocupações de toda a gente, por isso estamos inteiramente de acordo com o que disse, é o que estamos a fazer todos os dias.” --- -----

**7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----**

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prestou à Câmara as seguintes informações: --

-----“No passado dia cinco de março, em minha substituição, o Senhor Vereador Duarte da Mata decidiu retirar a proposta que visava aprovar a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Quinta de Cima do Marquês, no seguimento da apresentação do Senhor



Câmara Municipal  
de Oeiras

Presidente de um parecer dos Serviços Municipais, que referia entre outras coisas, que o processo de classificação da Quinta estaria caducado e assumindo que seria útil realmente um plano de ação feito internamente, o que nos pareceu que poderia responder em boa parte ao essencial do que falha na Quinta do Marquês e o que falha na Quinta do Marquês, a nosso ver, é que estando munida de um contrato com o Estado Central, estão a executar, neste momento, obras sem articulação com a Direção Geral do Património Cultural e sem haver um plano coerente. -----

----- Acontece que contactámos a DGPC no sentido de inquirir, porque teria caducado o procedimento de classificação e confirmámos que a informação geral da DGPC, que está no “site” é a mesma que nos transmitiram, ou seja, o processo está ativo e não caducou, portanto, não sei se o Senhor Presidente foi mal informado, porque a informação que prestou não está correta. ---- -----

----- Depois da reunião de cinco de março, formalmente, pedimos o acesso ao parecer que o Senhor Presidente leu aqui na reunião e até ao momento não recebemos esse parecer, situação que lhe pedia se pudesse ainda no decorrer desta reunião enviar, agradecemos imenso. -----

----- Também o Senhor Vereador Duarte da Mata pediu à Senhora Vereadora Joana Baptista o acesso aos pareceres da DGPC que acompanham por via de ser uma área classificada as intervenções que têm sido executadas no espaço e até ao momento também não recebemos nada. -----

----- Daqui resulta a necessidade de voltar ao tema, consideramos que é evidente a necessidade de compilar as propostas de intervenção numa proposta consistente para a Quinta do Marquês terminando com a arbitrariedade, não pondo em causa a qualidade do trabalho técnico dos Serviços da Câmara Municipal, trata-se de coerência, trata-se de estratégia e trata-se de transparência perante as instituições e os cidadãos. -----

----- Caso a área não tivesse efetivamente em classificação, afinal está, até poderíamos validar apenas um plano de ação, assim sendo, estando em classificação, podemos e estamos

disponíveis para aprovar o plano de ação, mas é também fundamental que em simultâneo se dê início àquilo que aqui propusemos que é o tal Plano de Pormenor de Salvaguarda, até baseado no trabalho desse plano de ação e esse trabalho não seria de forma nenhuma perdido.-----

-----Neste contexto de possível concertação que o Senhor Presidente da Câmara nessa reunião falou, pelo que eu entendi, que saiu realmente essa discussão no dia cinco de março, gostaria de saber o que é que sugere agora que se faça sobre a questão, rerepresentamos a nossa proposta que consideramos que é válida ou o Senhor Presidente tem alguma proposta de reformulação para não se perder mais tempo e podermos realmente avançar com a sua elaboração? -----

----- - Outro assunto tem a ver com um estudo que foi divulgado no passado dia dezoito de março pela Agência Internacional de Energia.-----

-----Perante a crise global de energia desencadeada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, ações dos cidadãos dos governos nacional e locais, permitem alcançar reduções significativas na procura de petróleo e é isso mesmo que temos de fazer.-----

-----A munícipe que acabou de intervir, falou de várias medidas postas em prática pelos países desenvolvidos, as medidas recomendadas neste plano de dez pontos para cortar o uso do petróleo reduziriam a procura em qualquer coisa como dois milhões e setecentos mil barris por dia em quatro meses, isto é um estudo que está disponível na “internet” e foi bastante noticiado. -

-----O que venho propor, no fundo, é uma única das medidas desse plano de dez pontos, acho que todas elas são bastante válidas, mas venho sugerir à Câmara que permita que todos os trabalhadores da Câmara e empresas municipais que o queiram e possam fazer trabalhem a partir de casa três dias por semana, porque assim reduziriam bastante a utilização de combustíveis.-----

----- - No passado dia vinte e um de março tivemos a satisfação de saber que a Câmara desligou o funcionamento das fontes, todas as fontes, mesmo as de nascente ou captação, com exceção do “geiser” marítimo.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Ora, como medida de poupança de um bem vital e escasso, só podemos aplaudir.-----

----- Só estranhámos que no dia oito de fevereiro, o Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal em resposta a uma das medidas e era esta mesma medida de desligar os sistemas ligados às fontes, tenha dito que era uma medida sem sentido e, nesse sentido, aconselhou os deputados do IN-OV a votarem contra a recomendação.-----

----- Quarenta e um dias depois ficamos a saber pelo Boletim Municipal que foram desligadas as fontes, mais vale tarde do que nunca.-----

----- - Está em consulta pública a alteração ao Plano Diretor Municipal e os cidadãos para terem acesso à documentação “online” está-lhes a ser exigido pelo sistema que se identifiquem com o Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, ora não faz sentido nenhum, eu acho que já tinha falado disto a propósito de uma outra situação que para ter acesso à documentação as pessoas tenham de pôr os seus dados e inscrever-se com a Chave Móvel Digital, acho que é importante corrigir isso.”-----

----- Nesta altura entrou na sala a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**.-----

**8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE:** -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “Relativamente às atividades das últimas semanas, tivemos uma reunião com a Luchapa, que nos apresentou propostas de dinamização para o Mercado de Oeiras. -----

----- Já fizemos algumas coisas como a poesia nos mercados.-----

----- - Nos dias dezoito, dezanove e vinte de março, tivemos a mostra de fumeiro e artesanato do Concelho de Vinhais, no Mercado Municipal de Oeiras, que aqui teve a novidade das arruadas de Gaiteiros, tanto na Vila de Oeiras, como em Algés, apesar da chuva no domingo, foi um sucesso tanto para dinamização do próprio centro histórico como do próprio mercado. ----

----- - No dia vinte e dois, ocorreu uma visita à Associação Comercial e Empresarial de Oeiras e Amadora com a intenção de desenvolver esforços conjuntos de dinamização destes

espaços.-----

----- - No dia vinte e cinco, fizemos uma visita à Feira de Produtos Regionais, desta vez na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo.-----

-----A visita foi na zona de Linda-a-Velha e esta feira tem promoção de produtos gastronómicos e uma diversão para os mais pequenos. -----

----- - No dia vinte e seis, assinalámos de uma forma muito bonita, com alguns apoios o Dia do Livro Português encerrando aqui o Ciclo de Poesia no Mercado. -----

-----Quero agradecer ao doutor Barreto Xavier todo o apoio neste evento, assim como ao Gabinete de Comunicação e ao Turismo, que nos ajudaram a ter, em conjunto com os Agentes Culturais do nosso Concelho: a Cantiga D’Alba, a Luchapa, a Matraca e o Teatro Independente de Oeiras, momentos culturais nos nossos mercados terminando no Dia Mundial do Livro Português.- -----

----- - Segunda-feira com a nossa equipa e a da Vereadora Joana Baptista iniciaram-se as obras dos novos ossários do Cemitério de Oeiras, uma obra já há muito desejada e que está a avançar e que vai colmatar algumas necessidades urgentes já existentes.-----

----- - Reuni também com a Vereadora Carla Rocha com o mote da preparação de alguma comunicação para os nossos mercados e tentar criarmos sinergias neste âmbito e também no âmbito dos mercados, o Vereador Nuno Neto, tem feito a preparação do concurso da concessão, exploração do Mercado de Paço de Arcos que já vai em bom andamento. -----

-----E conforme a Vereadora Carla Castelo, também temos essa dúvida em relação aos dados que são necessários para essa visualização, apesar de poderem vir cá aceder, mas é durante o horário de expediente, o que poderá limitar algumas pessoas.” -----

**9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----**

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações: ---

-----“Dia vinte e um de março fiz uma visita ao Aquário Vasco da Gama, não sei há





Câmara Municipal  
de Oeiras

quanto tempo os presentes não vão ao Aquário e realmente está moderno, está bonito, para o ano faz cento e vinte e cinco anos e é interessante ver que tanto o passado, como o presente e o futuro estão lá presentes. -----

----- - Dia dezanove de março estive no Mercado de Oeiras e como boa transmontana que sou, não podia falhar a Mostra de Artesanato de Vinhais. -----

----- Foi muito interessante ver como é que as crianças interagem com os Gaiteiros e com os Caretos e Oeiras é sem dúvida palco de muitas pessoas que vêm dos quatro cantos de Portugal e até do mundo.-----

----- - Sugeria a leitura da Revista Trinta Dias de abril que saiu no início da semana. Temos a Isabela Figueiredo e a Isabel Alçada e estão aqui, porque muito em breve, vamos ter um livro espetacular que se chama a Biblioteca Narrativas e elas falam sobre esta relação com os livros e os livros connosco, porque os livros mudam-nos sempre e para melhor. -----

----- O Boletim também saiu esta semana e, como tal, também convido a ler.”-----

**10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:** -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Recebemos já a minuta de financiamento relativa à construção do Programa Municipal na Junça e o valor aprovado é de dois milhões setecentos e noventa e três mil setecentos e sete euros. -----

----- - Participei numa visita inaugural presidida pelo Senhor Presidente, ao Parque Canino de Porto Salvo, é um projeto que resulta do Orçamento Participativo, portanto, mais um destes projetos aprovados que estão realizados. -----

----- Gostaria de dar os parabéns a toda a iniciativa que levou à concretização da Quinta do Bicho da Seda ou Quintalão de Algés, é um espaço fantástico. -----

----- Participei na inauguração do novo edifício da Miniclip, uma importante evolução de uma empresa que já estava no Taguspark, mas assim se prova que é um ninho que faz crescer e

engrandecer as empresas, para além das novas, as que cá estão, evoluem, crescem e são um sucesso.-----

----- - Estive presente no gabinete do Senhor Presidente na assinatura do protocolo com a AED Aeronautics, Space and Defence, uma área que aqui há uns anos não víamos associada a Oeiras, mas a verdade é que Oeiras hoje em dia tem a imagem e qualidade que permite que este tipo de projetos se desenvolvam entre nós. -----

----- - Visitei, conjuntamente com o Senhor Presidente e a Vereadora Joana Baptista a esquadra da PSP de Carnaxide, um espaço já mais antigo que precisa de alguma requalificação. -

----- - Ontem, a propósito da finalização de todas as peças concursais relativas ao Mercado de Paço de Arcos, fiz uma visita com a Vereadora Susana Duarte, sobre a utilização dos mercados, para aferir dentro deste concurso quais as melhores condições que podemos conceder, quer aos concessionários, vendedores tradicionais do mercado, quer aos nossos funcionários, que ali prestam serviço.”-----

#### **11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA:-----**

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“No dia dezassete de março, estive presente numa reunião extraordinária do Conselho Metropolitano relativamente aos transportes, é a temática mais importante e que está na ordem do dia, até porque a partir do mês de julho há um novo operador de transportes, que vai entrar em operação e a temática foi a apresentação e a discussão prévia ao Conselho de Mobilidade Metropolitana para alteração tarifária associada ao tarifário de utilizadores ocasionais da rede de transportes.-----

----- - Nesse mesmo dia, estive presente numa visita de trabalho com a equipa do Departamento de Obras e Departamento de Ambiente à empreitada de construção da ciclovia da Medrosa, que fará a ligação entre a estação da CP de Oeiras e a praia da Torre.-----

----- - No dia dezoito de março, estive presente numa visita, às futuras instalações da Loja



Câmara Municipal  
de Oeiras

do Cidadão, em Linda-a-Velha, na Estação Radionaval.-----  
----- - Tivemos a cerimónia de entrega de fogos no Programa de Habitação Jovem. -----  
----- - Tive uma reunião com a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, com o Senhor Diretor da Proteção Civil, com o Senhor Diretor da Ação Social, doutor Luís Afonso e com as sete corporações de bombeiros, para fazermos um ponto de situação no que respeita ao Serviço de Transporte Gratuito para Múncipes com Mobilidade Condicionada através de viaturas adaptadas e os termos de continuação dos mesmos.-----  
----- - No dia dezanove de março, visitei os Bombeiros Voluntários do Dafundo, no âmbito do seu centésimo décimo aniversário. -----  
----- - No dia vinte e um de março, conforme o Senhor Vereador Nuno Neto já mencionou, todo o Executivo Municipal esteve presente na inauguração ao Parque Canino de Porto Salvo, mas é importante mencionarmos que estamos a falar de Orçamento Participativo do ano dois mil e vinte e um, cuja obra foi concretizada no próprio ano, portanto, isto é uma coisa inédita orçamento participativo dois mil e vinte e um e obra concretizada em dois mil e vinte e um. -----  
----- É também importante dizer que, neste momento, todas as dez ex freguesias, já estão servidas de parques caninos.-----  
----- - Tivemos também a inauguração do Estaleiro Sul de Porto Salvo, com um almoço para as equipas técnicas e operacionais e melhores condições para as nossas equipas operacionais, estamos a falar entre o Estaleiro Sul e o Estaleiro Norte, em mais de um milhão de investimento e só vendo as condições que estavam em dois mil e dezassete, no anterior Executivo, entre o Estaleiro Norte e o Sul para se perceber o investimento em termos de representatividade das condições para operacionais e para os nossos trabalhadores que se proporcionou com esta obra. -----  
----- - A inauguração do Quintalão, com a atribuição de quinze talhões para hortas

urbanas direcionadas para os munícipes e entidades de cariz sociocultural. -----

----- - A inauguração do parque de estacionamento de Linda-a-Velha, que também foi um projeto e uma obra relâmpago concretizada em dois mil e vinte e um, mas só inaugurada agora em dois mil e vinte e dois, porque como o Senhor Presidente já mencionou várias vezes em vários discursos, a Comissão Nacional de Eleições nos interditou por via das eleições. -----

----- - No dia vinte e quatro de março, acompanhada da Diretora de Obras Municipais, tive uma reunião muito importante com o CEO da Acciona, que é o consórcio que neste momento está a liderar a obra, a maior empreitada de sempre do Fórum Municipal e estivemos a fazer um ponto de situação, porque neste momento vamos a meio da obra, prazo contratualizado, portanto, iniciámos a obra em março de dois mil e vinte e um e estamos em março dois mil e vinte e dois e fizemos um ponto de situação da obra. -----

----- - No dia vinte e cinco de março, o Senhor Vereador Nuno Neto também mencionou e é importante dizer isto, está relacionado com a nossa política de segurança, não só a visita à esquadra de Carnaxide, mas sempre que há algum problema ao nível da segurança o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores estão lá, portanto, não é só um problema com uma infiltração na esquadra de Carnaxide, a importância que este Executivo dá às esquadras e a qualquer problema de segurança o Comandante liga para este Executivo e nós estamos lá a resolver no imediato, é a preocupação que este Executivo dá, no imediato o Departamento de Obras está a orçamentar e no imediato vamos lançar um concurso para a obra. -----

----- Estamos a falar de um problema numa esquadra que foi desvirtuado no seu uso, como sabem estamos a falar de uma esquadra que devia ser utilizada para habitação e é uma esquadra que há de ser desativada para ser utilizada para habitação de polícias, porque, há de haver uma nova esquadra futuramente em Carnaxide, o projeto está em curso e este Executivo vai providenciar as obras nesta esquadra, portanto, é a importância que nós damos à política de segurança, isto é importante frisarmos. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- - Também nesse mesmo dia, no dia vinte e cinco de março estive na Tratalixo a apresentar o novo Administrador Executivo da Tratalixo designado por Oeiras, o doutor João Dias.-----

----- - No dia vinte seis de março, é importante mencionar, houve um passeio a pé pela Serra de Carnaxide com a equipa do Departamento de Ambiente e com elementos do Rotary Clube, que reuniram cerca de sessenta pessoas para uma visita pela nossa Serra de Carnaxide com o objetivo de apreciar a beleza natural daquele espaço. -----

----- O doutor Pedro Neves fez as honras da visita, proporcionando um momento único de degustação ecológica pelos trilhos que já foram preconizados. -----

----- - Também nesse mesmo dia, no Parque Urbano de Miraflores, pela primeira vez, porque nas anteriores edições foi no Parque dos Poetas, houve a comemoração do Dia Mundial da Água através dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento, uma excelente escolha considerando a generosa área de espaços verdes existentes, bem como a beleza natural que a linha de água existente lhe confere. -----

----- Foi um dia muito bem passado na companhia de várias famílias, onde o mote é a sensibilização para um consumo sustentável de água.-----

----- - No dia vinte e sete de março, ocorreu a cerimónia bênção dos veleiros da Expedição Lusitânia e despedida das suas tripulações no Porto de Recreio de Oeiras e onde também estive o nosso vinho generoso Villa Oeiras.-----

----- - No dia vinte e oito de março, visitei as obras de requalificação paisagística da rotunda da Quinta da Fonte, instalação de nova sinalética tornando esta num marco diferenciado de entrada nesta área empresarial.”-----

**12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----**

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia dez de março estive nas antigas instalações da Freguesia de Paço de Arcos

para o início do Programa Informática Sénior. -----  
-----Este programa é promovido pela União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias com apoio da HP. -----  
----- - No dia catorze, estive presente na ação de esclarecimento do acesso ao Programa de Apoio do Alojamento para Refugiados Porta de Entrada.-----  
----- - No dia dezasseis, tive reunião com os Presidentes de Junta e as equipas técnicas para que tivéssemos uma intervenção concertada a nível do Município relativamente aos refugiados ucranianos. -----  
----- - No dia vinte e dois, estive presente no Jantar-Debate, Saúde em Proximidade sobre Transferência de Competências na Área da Saúde. Este jantar-debate foi promovido pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar ----- .  
----- - No dia vinte e cinco, estive presente na reunião da Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis no Auditório Municipal do Seixal.-----  
----- - No dia vinte e seis de março, fiz a abertura do Congresso Grande Idade dois mil e vinte e dois, no Auditório do Taguspark, em representação do Senhor Presidente.-----  
----- - Ontem estive na sessão de abertura do Encontro Desigualdades e Violência, no âmbito da Rede Integrada de Oeiras contra a Violência, o encontro foi realizado pela Divisão de Coesão Social.-----  
----- - Relativamente ao Plano Municipal de Apoio à Ucrânia tem havido um grande esforço de todo o Executivo para que possamos implementar medidas de apoio a estas famílias, desde a Política Animal, à Educação, o Ambiente, a Polícia Municipal, a Proteção Civil, a Comunicação, todos os Vereadores têm estado empenhados e a fazer a sua parte, para que tudo corra bem e para que as pessoas sejam integradas no nosso território e que não haja pessoas descontentes, cidadãos do Município, por causa destas questões. -----  
-----Por causa disso tenho feito reuniões com todos os Presidentes de Junta e tenho ido às



Câmara Municipal  
de Oeiras

Comissões Sociais de Freguesia, para que não fique descurada a intervenção que temos habitualmente com as famílias e com os idosos no nosso território para que a coesão e o equilíbrio em Oeiras continuem. -----

----- Relativamente à receção de bens que tem havido para ajuda ao povo ucraniano, até ao momento, já foram enviadas. cem toneladas, quatro camiões, três para a Polónia e um para a Roménia. - -----

----- Estes bens chegaram a Odessa e para nós é muito satisfatório termos feito estas entregas em parceria com a Associação Refood Ukraine e em articulação com a Embaixada da Ucrânia, o que faz com que realmente os bens cheguem a quem necessita. -----

----- O próximo camião irá para a Moldávia, no âmbito da geminação que temos com este Município. -----

----- Gostaria de salientar a ação que o POS - Programa Oeiras Solidário tem tido, porque tem sido essencial na articulação de apoios e disponibilização de equipamentos e outros meios necessários para o apoio aos refugiados, desde computadores, máquinas de lavar, camas, colchões, tudo o que tem sido necessário, tem sido possível através da Rede do Programa Oeiras Solidária. - -----

----- Vários voluntários de empresas têm-se juntado às nossas equipas de voluntários, em Paço de Arcos, no terminal e tem sido possível realmente ter um ambiente de harmonia, com todas estas pessoas a colaborar. -----

----- Queria também fazer aqui uma referência que Oeiras só recebe famílias encaminhadas pelo ACM, nós temos tido muitos contactos de pessoas que vêm pelos seus meios, ou através de famílias que recebem pessoas e, de repente já não querem receber, mas nós mantemo-nos firmes nesta decisão que só pessoas encaminhadas e analisadas pela ACM é que são acolhidas pelo Município de Oeiras. -----

----- Por fim, em relação aos dados COVID temos um total de cinquenta e sete mil

quinhentos e quinze casos acumulados, recuperados cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove, óbitos quatrocentos e cinquenta e quatro, ativos mil seiscientos e sessenta e dois, temos mil e trezentos casos por cem mil habitantes nos últimos catorze dias, lembrar que há um mês atrás, estávamos com dois mil e seiscientos casos.”-----

**13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:** -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** deu as seguintes informações: -----

-----“Dia dezoito visitei, conjuntamente com o Senhor Presidente é a Senhora Vereadora Joana Baptista, as futuras instalações da Loja do Cidadão, em Linda-a-Velha. -----

----- - Estive presente na cerimónia de entrega dos casas de habitação jovem, que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que é particularmente relevante, como o Senhor Presidente sempre diz, não conhecemos muitos municípios portugueses que tenham um Programa de Habitação Jovem com esta dimensão ou com esta relevância ou, sequer, na ação paralela que nós temos com esta especificidade, para esta faixa etária. -----

----- - No dia vinte e um, estive presente na inauguração do Parque Canino de Porto Salvo, já referido. -----

----- - Teve lugar também a inauguração do Estaleiro Sul de Porto Salvo, almoço no Estaleiro Sul de Porto Salvo com os operários da DCAD, o que é sempre relevante, particularmente com uma faixa da população tão sensível quanto aquela e que tanto dá à comunidade e de quem tanto depende. -----

----- - Estive presente também na inauguração da Quinta do Bicho da Seda, o Quintalão, em Algés, onde vimos os belos talhões para os hortelões poderem cultivar. -----

----- - Teve lugar a inauguração do parque de estacionamento da Duque de Loulé, em Linda-a-Velha, bem preenchido, tal a necessidade de estacionamento também naquele local. -----

----- - No dia vinte e três, em representação do Senhor Presidente, fiz a inauguração das novas instalações da Miniclip, no Taguspark, quem não conhece a Miniclip, é uma das maiores





Câmara Municipal  
de Oeiras

multinacionais de videojogos do mundo, nós conhecemos a Miniclip, é gente que tem a sorte de trabalhar onde se diverte, portanto, certamente que são muito felizes no trabalho. -----

----- É um edifício muito moderno, com uma filosofia de bem-estar no trabalho interessante, que todos deviam conhecer, onde se produz muita riqueza para o nosso Concelho e que muito contribui para a riqueza nacional e para as exportações portuguesas, exportações de valor acrescentado, pois são exportações que vêm do “brain power”, por assim dizer, do pirolito de quem ali trabalha.-----

----- - Nesse mesmo dia acompanhei o Senhor Presidente numa audiência com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, o doutor Augusto Neves, uma gemação antiga entre Oeiras e São Vicente, provavelmente uma das mais antigas gemações entre o município português e um município de um País Africano de Língua Portuguesa, que serviu para continuarmos a aprofundar as relações de amizade e cooperação com aquele município. -----

----- - No dia vinte e quatro recebemos, em visita oficial, o Senhor Embaixador de Angola, em Portugal, ao nosso Concelho, onde estive no Taguspark, no Templo da Poesia, no Parque dos Poetas, também no Lagoas Park, terminando a visita no Palácio Marquês de Pombal e na Adega do Palácio. -----

----- - Nessa mesma tarde, teve lugar audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Bissau, o doutor Luís Enchama. -----

----- - No dia vinte e cinco, teve lugar a Assembleia Intermunicipal da RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, no Palácio do Marquês Pombal, onde foram eleitos os novos órgãos sociais da rede.-----

----- - No dia vinte e oito, teve lugar a primeira Assembleia-Geral da Oeiras Valley Investment Agency, no Auditório do Taguspark, uma agência de direito privado que, certamente, será um parceiro útil do Município no esforço de internacionalização e contínua captação de investimento para o nosso Concelho. -----

----- - No dia vinte e nove, também em representação do Senhor Presidente, fiz o encerramento do Encontro Desigualdade e Violência, recordando que nunca é demais chamar a importância destes temas da igualdade, da igualdade de género, da igualdade da raça, da igualdade de credos na nossa sociedade e como meio de prevenção da violência e de promoção do desenvolvimento.” -----

**14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:** -----

-----O **Senhor Presidente** deu as seguintes informações:-----

-----“Relativamente à transferência de competências, fizemos um ponto de situação sobre esta matéria, apenas gostaria de dizer que a Câmara de Oeiras tem condições de receber todas as competências. Na realidade, as competências que não recebemos, foram apenas por razões políticas, portanto não se põe a questão financeira.-----

-----Aquilo que o Governo pretende é enganar os municípios, acho que ninguém tem dúvidas. O que os Governos da República pretendem, não são apenas estes, já no tempo do doutor Passos Coelho foi a mesma coisa, é transferir o ónus da despesa e da reclamação para os municípios e, naturalmente, os Governos da Nação pouparem dinheiro com isso. Sempre parasitaram o Poder Local e querem continuar a fazê-lo.-----

-----O nosso problema, na verdade, é outro, apenas por isto, porque escolas já fazíamos antes da transferência de competências, centros de saúde já fazíamos antes da transferência de competências, quartéis de bombeiros sempre fizemos, esquadras de polícia são todas do Município, portanto, o problema tem a ver com a seriedade do processo de transferência. -----

-----O que é extraordinário é como o Governo e a Administração Central querem ser tão ligeiros, “lampeiros”, como se diz lá na minha terra, a transferir determinadas competências e, ao mesmo tempo, o próprio Governo recusar-se a cumprir a lei que o próprio aprovou. -----

-----Reporto-me à zona ribeirinha. Se há zona que é fundamental para o Município, para o ordenamento do território é o terraplano de Algés e não é para a Câmara Municipal fazer



Câmara Municipal  
de Oeiras

construções, é para a Câmara Municipal dar uma finalidade útil a todo aquele espaço; útil no sentido do desporto, do lazer, da cultura, etc..-----

----- Portanto, connosco é fácil lidar, basta que o Governo diga “aprovámos a transferência de competência nestas áreas”, Oeiras aceita o pacote, mas aceita o pacote todo, não é a política do salame, isto interessa-nos passar já, aquilo não interessa. Ao Ministro das Infraestruturas não lhes interessa passar a zona da frente ribeirinha, portanto, não passam, a dada altura é dentro do próprio Governo que se viola a lei.-----

----- Depois temos uma palhaçada na Associação Nacional de Municípios, de maneira que os Municípios não têm voz.-----

----- - Visitei às futuras instalações da Loja do Cidadão, em Linda-a-Velha, na realidade, parece estar tudo bem encaminhado entre o Ministério das Finanças, o Ministério das Infraestruturas, incluindo a Habitação e a Câmara Municipal no sentido de poder vir a ser acolhida ali uma grande Loja do Cidadão numa zona que ultrapassa as fronteiras de Oeiras.-----

----- Aquele edificado corresponde às necessidades, indiscutivelmente, há um prazo até dois mil e vinte e cinco, porque é financiado em parte, cerca de um milhão de euros, do fundo do PRR, mas há este limite para a sua utilização. Vamos ver se se consegue fazer, porque faz parte do acordo no âmbito da construção de habitação com renda acessível com o IRHU.-----

----- - Também tive um encontro-almoço com os Presidentes de Câmara de Cascais, Sintra e Mafra e com a Valorsul, a propósito da TratoLixo.-----

----- Este almoço não teria importância nenhuma, se não fosse, de facto, o primeiro que ao longo de trinta anos se faz para discutir esta questão.-----

----- Na realidade, tem havido muitas reuniões, muitas discussões a propósito da integração, ou não, da TratoLixo na Valorsul, mas nunca houve uma decisão clara sobre essa matéria. --- -----

----- Nesse almoço foi discutida a disponibilidade, foi manifestada essa disponibilidade

dos quatro Municípios em poderem vir a aderir à Valorsul, desde que esta esteja disponível para receber. -----

-----Parece haver alguma disponibilidade, o que implica estudos vários, visto que a dívida da TratoLixo, neste momento, anda na ordem dos cento e trinta milhões de euros e há que encontrar uma engenharia financeira que encaixe esta dívida da TratoLixo. -----

----- - Também estive presente num almoço da vigésima terceira Promoção Gastronómica e Mostra de Artesanato do Concelho de Vinhais, que se realiza há alguns anos no Mercado Municipal de Oeiras, é um sucesso mas terá que se mudar de espaço, porque o ideal será, no próximo ano, envolver vários municípios e caminhar no sentido de, daqui a dois ou três anos, podermos ter uma representação da Feira do Fumeiro de todo o País, a nível nacional. -----

----- - Foi também inaugurado o Parque Canino de Porto Salvo.-----

-----Já aqui foi referido, o Estaleiro Sul de Porto Salvo, tinha sido há um ano o Estaleiro Norte. Portanto, são edificações que têm vindo a traduzir uma mudança substancial na atitude da Câmara para com os seus trabalhadores. -----

-----Realmente, durante muitos anos, a Câmara Municipal fazia instalações para toda a gente, para todas as instituições: para as instituições de saúde, para a polícia, aliás, ontem fui visitar a esquadra da Polícia de Segurança Pública de Carnaxide, que está a precisar de obras de requalificação, mas quartéis de bombeiros, centros de saúde, etc., tudo isso a Câmara Municipal foi construindo, menos para os seus trabalhadores e, portanto, finalmente estamos a desenvolver esforços no sentido de construir, seja armazéns, seja áreas para a higiene urbana ou recolha de resíduos, enfim, na área do ambiente são vários os espaços que estão a ser criados um pouco por todo o Concelho e já se nota essa melhoria. -----

----- - O Quintalão foi inaugurado, também, na passada sexta-feira. Eu circulo por aquela zona de Miraflores, Algés, e até podia não ser assim, mas até no Parque Urbano de Miraflores, só recebo elogios de toda a gente.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Ao ver os comentários nas redes sociais, se bem que aí nunca se sabe se são perfis verdadeiros ou falsos, e depois até fico surpreendido pelos elogios recebidos ao vivo, fico até incomodado, porque, nas redes sociais, para meia dúzia de comentadores está sempre tudo mal, tudo errado. -----

----- Neste caso, dizem que está tudo errado porque só tem doze talhões para hortas, devia ter uns trinta, ou seja, devia ser só talhões. Se nós quiséssemos agradar a toda a gente, eu já não era Presidente de Câmara há muitos anos, portanto, tem que se agradar a uns, desagradar a outros, mas tem que se fazer de forma a que vá de encontro aquilo que são as expectativas das pessoas. --- -----

----- Ora, o Quintalão, há mais de vinte anos que era uma expectativa importante para as pessoas de Algés, de tal forma que a Câmara Municipal comprou aquele terreno. Aquela terreno veio à posse da Câmara por aquisição, custou quatrocentos euros o metro quadrado, justamente para fazer lá aquele jardim, obviamente num contexto de integração que irá até ao Largo Comandante Augusto Madureira.-----

----- Não deixa de ser estranho que os mesmos de sempre lá vão pôr nas redes sociais que aquilo é uma vergonha, que devia ser tudo espaço para hortelões. Portanto, estão a ver o egoísmo de algumas pessoas, o fundamentalismo de algumas pessoas que nunca nos podem constituir como reféns, porque elas não têm qualquer respeito pelos outros, não querem as hortas, mas querem jardim, espaço verde, uma parte pavimentada, uma zona para ter bancos onde se possam sentar-----

----- Este é um bom exemplo, neste fim de semana estava cheio de gente. Portanto, agora o único que ainda não está cheio de gente é a Quinta de Santo António. Primeiro as pessoas queixavam-se que não tinha quiosque, agora que já existe, queixam-se que ainda não está a funcionar. Como se vê, é difícil agradar a gregos e a troianos, mas a maioria das pessoas, de facto, estão muito contentes, muito satisfeitas com o Quintalão. -----

----- - O estacionamento Linda-a-Velha é a mesma coisa, questionam porque é que não tem o dobro do estacionamento, são só cento e setenta lugares, mas há um ambiente de grande satisfação com aquele parque de estacionamento e estamos a falar apenas de cento e setenta lugares, portanto, imaginem se fossem trezentos ou quatrocentos.-----

-----É realmente uma das grandes carências, aliás, em breve iremos apresentar o Plano de Acessibilidades e Trânsito aqui do Concelho e aí todos os Vereadores vão ficar com a ideia de qual é a situação em termos de mobilidade no Concelho, quais são as alternativas, o transporte público, a bicicleta, as ciclovias, o automóvel próprio, os peões, o transporte pesado, etc., tudo isso é tratado de nesse Plano.-----

----- Foi assinado o protocolo com a AED por três anos.-----

----- - Tivemos também um almoço com o Senhor Embaixador de Angola que veio visitar o Concelho, numa perspetiva de visita às empresas de base tecnológica do Concelho.-----

----- - Também recebi o Senhor Presidente da Câmara de Bissau que nos veio pedir cooperação técnica, sobretudo na área do Ambiente e da área do Urbanismo e Ordenamento do Território.-----

-----Quero-vos dizer uma coisa notável, porque há trinta anos que não acontecia, recebi a Direção e Órgãos Sociais do Sport Algés e Dafundo. Nos últimos quatro anos, recebi três ou quatro anos o Diretor da Direção do Dafundo, mas que vinha sozinho. Perguntava-lhe pelo Presidente da Assembleia-Geral e pelo Presidente do Conselho Fiscal e dizia ele que representava toda a gente, portanto, o Presidente da Direção representava todos os órgãos sociais.

-----Apesar de eu mandar cartas ao Presidente da Assembleia e ao Presidente do Conselho Fiscal, que gostaria muito de os ter no meu gabinete, nunca apareceram e, portanto, cheguei a duvidar da existência de personagens tão importantes.-----

-----Tivemos conhecimento, em abril ou maio de dois mil e dezoito, já depois das eleições, que a Direção do Sport Algés e Dafundo, ia fazer um investimento de dezassete milhões



Câmara Municipal  
de Oeiras

de euros na renovação das instalações, etc., mas tivemos conhecimento pelo Expresso, não pelos Serviços da Câmara e passado um ou dois meses da notícia do Expresso é que foi apresentado um PIP aqui na Câmara a questionar se podiam ou não fazer aquele programa. -----

----- É claro que a Câmara Municipal, através dos seus Serviços técnicos, respondeu que podiam, ao que parece aquele programa era comportado naquele espaço. Naturalmente, também queriam opinião do Presidente da Câmara, que eu não dei, porque não dou opiniões ao Expresso.

----- É o mesmo Presidente que meteu a Câmara em Tribunal, em dois mil e dezoito, com a alegação de que a Câmara tinha reduzido uma renda do Cinema Stadium, numa medida que o anterior Presidente da Câmara teria tomado, o Presidente da Câmara ou a Câmara, presumo que tenha sido a Câmara, de reduzir todas as rendas no âmbito da política de austeridade da Troika, e terá reduzido a renda do Sport Algés e Dafundo de cinco mil euros para três mil euros, o que foi aceite. -----

----- Entretanto, puseram uma ação contra a Câmara para repor a situação entre aquilo que era o contrato original e o seguinte, sendo certo que o contrato original, já ele próprio era para facilitar a vida ao clube, porque eles queriam lá pôr uma igreja, que nunca mais sairia, e como eram necessárias obras, era melhor não haver compromissos. -----

----- Havia a Banda de Castelo Novo que precisava de um sítio, então ficou a banda e a Câmara pagava cerca de cinco mil euros, para ajudar o clube. Houve essa alteração e eles puseram a Câmara em Tribunal. -----

----- Certo é que o Presidente do Sport Algés e Dafundo há coisa de dois meses apresentou demissão. Houve eleições para os órgãos sociais. De maneira que, neste momento, penso que estão criadas as condições para se retomarem as boas relações que sempre existiram com o clube, mas que nos últimos anos se foram degradando. -----

----- Por outro lado, é importante porque também há trinta anos, chegou a estar aprovada pelo Ministério do Mar, com o Comandante Azevedo Soares, uma área para o Sport Algés e

Dafundo e para o Centro Náutico do Sport Algés e Dafundo junto ao Aquário Vasco da Gama. Mas, entretanto, as coisas mudaram, o clube mudou de Direção, já não havia interesse. -----

-----Finalmente, esta Direção e órgãos sociais parecem estar interessados na mudança de Algés para outro local mais desafogado, visto que em Algés não têm por onde crescer. -----

-----E é bom que se saiba que o Sport Algés e Dafundo é o segundo ou terceiro clube português com mais atletas olímpicos a nível nacional e, portanto, a ideia é criar condições noutra lado. -----

-----Surgiu a oportunidade de, eventualmente, ser em Linda-a-Velha, nos terrenos anexos à Escola Secundária de Linda-a-Velha, que são propriedade do Centro Náutico. No entanto, compreende-se que não seja fácil, porque sobretudo os velhos sócios do Sport Algés e Dafundo são sempre muito bairristas, têm sempre alguma dificuldade em aceitar que o clube saia dali do miolo de Algés e, portanto, haverá ali um trabalho a fazer, a partir pedra para se convencerem que a melhor solução é Linda-a-Velha. -----

----- - Estive presente na esquadra de Carnaxide, que precisa de obras. -----

----- - Visitei as instalações da WY Group e sobre esta matéria uma consideração, a propósito dos velhos do Restelo, dos fundamentalistas, chamem-lhes o que quiserem, aqueles que acham que o mundo vai acabar amanhã, que só eles é que sabem e os outros são um conjunto de mentecaptos que andam aí a vaguear quais “zombies”, que acham que podem dizer tudo e mais alguma coisa e eles é que estão certos. -----

-----Todos se lembram da situação em dois mil e oito, que depois se veio agravar com a Troika e com a austeridade a partir de dois mil e onze, e o que é que se dizia na altura?-----

-----A habitação caiu, os escritórios caíram, segundo essa gente, imensos escritórios, habitação baratíssima e que nunca mais se vendia. Em dois mil e onze, dois mil e doze, já diziam que nem daqui a trinta anos isto volta a dois mil e oito, está escrito nos jornais, já para não falar das televisões, comentadores de televisão, sejam economistas ou o que for. -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Na altura da Troika foi um exagero, as casas vão ficar aí por vender, os escritórios por vender e, Oeiras tinha escritórios a mais, como é que vai despachar os escritórios. -----

----- O que é que aconteceu? -----

----- O doutor António Costa toma posse como Primeiro-Ministro em dois mil e quinze, a austeridade e a Troika vão-se embora em dois mil e dezanove e, em dois mil e vinte e um já não havia casas e as que existiam estavam ao dobro do preço de dois mil e oito. -----

----- Quer dizer, no espaço de apenas doze anos, as casas que passaram de duzentos mil euros para quatrocentos mil euros, ou de cento e cinquenta para trezentos mil euros, e esgotou-se o “stock” de habitação e escritórios. É claro que aqueles fulanos desapareceram todos. -----

----- De repente, cai-nos a pandemia. Teletrabalho, organização do trabalho, novas metodologias de organização de trabalho. Isto nunca mais vai ser a mesma coisa. Os escritórios, quanto a mim é simples, remeto para os meus editoriais no boletim da Câmara onde eu escrevo todos os meus pensamentos sobre esta matéria. Remeto-vos não para o que digo agora, mas para o que disse há dois anos, ou três ou quatro. -----

----- Esgotam-se os escritórios e o que é que se dizia em plena pandemia? -----

----- O World Trade Center, em Carnaxide, vai ser um desastre. Uma estratégia que, do ponto de vista económico, vai ser um desastre, porque Oeiras tem escritórios a mais e não vai conseguir arrendar os escritórios que tem, porque agora tudo vai para teletrabalho e as empresas não precisam mais das áreas que precisavam. Vão trabalhar em casa, podem ir um dia ou outro ao escritório, mas o local de trabalho passa a ser comum a vários trabalhadores. -----

----- É engraçado como estes gurus, para não dizer outra coisa, se enganam. Aqui não foi preciso acabar a pandemia, ainda estamos em pandemia e as empresas tecnológicas, os escritórios, já vêm dizer que querem muito mais espaço do que aquele que tinham antes da pandemia e porquê? -----

----- Porque a organização do trabalho foi no sentido contrário àquela que quem não

percebe nada de organização de trabalho diz. -----

-----As empresas querem os funcionários na empresa e, justamente porque desconfiam que a pandemia provocou alguma depressão nalguns dos seus trabalhadores, que condições é que estão a preparar? -----

-----O “upgrade” dos escritórios, que dá melhores condições de trabalho, condições de lazer, lúdicas, de relaxe, camas para dormir, sofás cómodos para relaxar, telas gigantes para jogar e trabalham à hora que querem. Espaços comuns enormes, partilhados pelos trabalhadores. -----

-----Este WY Group, por exemplo, está decorado de tal forma, que parece que estamos em cima da praia. É claro que os trabalhadores se sentem muito melhor ali do que em casa, por muito boa casa que seja a sua, mas nem toda a gente tem condições para ter uma casa em cima do mar, em cima da areia. -----

-----Mas vamos à PHC. Metade do espaço é de lazer. A Miniclip, que foi agora inaugurada, a mesma coisa. Vamos ao World Trade Center, que só fica pronto no dia sete de junho, já tem dois terços ocupados e, em cada piso, tem a tal parte comum que é igual em todos os pisos, que é parte pelo World Trade Center. Ainda a pandemia não acabou e já essa gente se enganou toda, porque, afinal, há falta de escritórios. -----

-----As empresas não querem os funcionários em casa, querem teletrabalho os que sempre estiveram em teletrabalho, este não é um problema agora da pandemia. O teletrabalho é das empresas criativas, etc., que sempre tiveram gente em teletrabalho, não é de agora. Há empresas que têm uma vocação para o teletrabalho muito forte, há muitos anos. -----

-----Para os tais que só descobrem as coisas quando já toda a gente descobriu, achavam que o teletrabalho era ficção e, de repente, acham que se deve fazer isto.-----

----- - Ontem foi feita a primeira Assembleia-Geral da OVIA - Oeiras Valley Investment Agency, onde tive o prazer de estar. É uma empresa, naturalmente, por promoção da Câmara, sem o impulso da Câmara possivelmente não existiria, mas onde a Câmara fez questão de não



Câmara Municipal  
de Oeiras

estar e, portanto, é uma associação de direito privado criada por vinte e tal empresas do Concelho, mas julgo que, a breve trecho, as grandes empresas do Concelho estarão envolvidas nessa agência.” -----

**15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:** -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondendo às intervenções dos Senhores Vereadores disse o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora Carla Castelo, sobre a questão do Plano de Pormenor e Salvaguarda da Quinta de Cima, a informação que a Senhora tem diverge daquela que nós temos sobre a caducidade ou não da classificação da quinta.-----

----- O que se passa é que a caducidade decorre da lei, do prazo previsto legalmente, portanto, a informação que nós temos dos nossos Serviços é que está caducado, se tem informação divergente, por favor, que nos faça chegar por parte de quem de direito. -----

----- - Sobre a questão da crise energética, deve-nos preocupar a todos, todo o mundo deverá estar preocupado sobre essa matéria. As notícias não são boas, mas passar a ter os trabalhadores três dias em casa, novamente, nesta fase, não nos parece que seja o melhor para a qualidade de vida de todos e para melhorar a eficiência do trabalho no Município, creio que até o regresso ao trabalho serviu para que muita gente esteja mais confortável na sua vida, fazê-los regressar a casa, não parece que seja a melhor medida nesta fase.-----

----- - Quanto às fontes desligadas, o que nós dissemos naquela Assembleia Municipal é que a água funcionava num circuito interno, como tal, o dispêndio de água não era elevado, era minimamente residual. O que acontece é que com a crise energética, que Vossa Excelência tão bem chamou a atenção, nós passamos de apenas ter um problema, que era a gestão da água, para ter outro, que é a questão do consumo pelos motores daquela fontes, como tal, naturalmente, que havia um problema residual de consumo de água, mas que também seria sempre preocupante para nós, mas, a partir daquele momento, tínhamos também um problema de fornecimento de

energia e, como tal, as fontes foram desligadas.-----

----- - Quanto à questão da identificação ou da necessidade de autenticação no PDM, houve um problema de programação que estava a exigir a identificação das pessoas. Recebemos a informação há pouco dos Serviços que já está ultrapassado.”-----

-----Seguidamente, interveio o **Senhor Presidente**:-----

-----“Quanto ao resto, daquilo que o Senhor Vice-Presidente disse à Senhora Vereadora Carla Castelo, eu só tenho a dizer uma coisa: a Câmara Municipal não aceita pombos-correio, nem recados de ninguém.-----

-----Se a Direção-Geral de Cultura dá uma determinada informação à Senhora Vereadora Carla Castelo, essa informação só lha podem dar por escrito. Eu quero dizer que a Câmara e nós também sabemos ler a lei e a informação que os Departamentos respetivos da Câmara dão, é que esse pedido de classificação da Quinta de Cima caducou.-----

-----Nós não dizemos isso com nenhuma satisfação, porque a Câmara vai apresentar o pedido para classificação, a Câmara quer que seja classificado e vamos apresentar o pedido. Até por uma razão: nenhuma autoridade em Portugal, seja ela qual for, tem mais autoridade moral do que a Câmara Municipal de Oeiras para falar de preservação de património público, nenhuma! Porque nenhuma investiu um tostão neste Concelho para preservar o património público e, durante quarenta anos, deixaram ao abandono a totalidade e agora todos querem dizer que têm alguma coisa a ver com o assunto.-----

-----A Câmara não tem nenhum problema, a Câmara quer lá todos, de tal forma que recebi o Diretor-Geral da Cultura, do Trabalho, entre outros, na Quinta de Cima, também com a Senhora Vereadora Joana Baptista, articulamos o “modus vivendi”, uma forma de trabalho, com toda a abertura. O Diretor-Geral da Cultura vem aí quando quer, pede as informações que quer, há uma articulação perfeita entre a Câmara de Oeiras e a Direção-Geral do Património Cultural. -

-----Eu lamento que se queira pôr do outro lado, mas, na realidade, ninguém como a



Câmara Municipal  
de Oeiras

Câmara de Oeiras está interessada em defender, preservar, requalificar a Quinta de Cima. Há quarenta anos que Câmara andava a procurar isso, -----

----- A Cartuxa a mesma coisa. Agora, há três ou quatro anos, é que surgem os abaixo-assinados para preservar a Casa da Pesca, etc., quando a Câmara anda nisto há quarenta anos. ----

----- Aceitamos qualquer sugestão, que fique claro, agora não queremos aqui mais papistas que o Papa. Quem está a defender isto é a Câmara de Oeiras, não é mais ninguém, eu ficava encantado era que a Senhora Vereadora Carla Castelo chegasse ao pé de mim e dissesse “estive na Direção-Geral do Património Cultural e consegui que nos dessem dois milhões de euros para recuperação do património. Realmente estão muito constrangidos porque durante quarenta anos, esqueceram-se, abandonaram aquilo, não cumpriram a lei, e hoje eu consegui que eles nos dessem dois milhões de euros”.-----

----- Portanto, Senhora Vereadora, não vale a pena trazer o recado de quem quer que seja. Se há alguma coisa mal, peça um embargo daquilo que a Câmara está a fazer. Se a Câmara não está a trabalhar bem, embarguem o que estamos a fazer, agora recados deste e daquele não é comigo, eu não aceito recados, portanto, se me diz que a Direção-Geral do Património Cultural discorda disto ou discorda daquilo, que escreva, porque a relação que a Câmara tem, a relação que os técnicos da Câmara têm com a Direção-Geral do Património Cultural, não é aquela que transparece das palavras da Senhora Vereadora Carla Castelo, é exatamente o contrário, a relação que temos é uma relação de total transparência, de uma cooperação fantástica. Não temos nada a dizer da Direção-Geral do Património Cultural. Uma dedicação, um empenhamento fantástico, uma boa articulação.-----

----- Dizer que caducou, que não caducou, claro que nos termos da lei, basta ler a lei. A lei estabelece um prazo para a vigência da classificação. Se esse prazo não é cumprido, caducou. Não interessa que a Direção-Geral do Património Cultural, ou alguém da Direção-Geral do Património Cultural diga que não caducou, não vale nada, o que importa é o que a lei diz.-----

-----Portanto, Senhora Vereadora, esta sua vontade de em todas as reuniões colocar questões, tudo bem, tem o seu tempo de antena, mas é de uma pobreza franciscana não sairmos desta agenda da sustentabilidade, das alterações climáticas que, a dada altura, é muito pobre, de maneira que eu apelo à sua imaginação para ser um pouquinho mais rica, porque acho que é capaz de fazer mais e melhor, porque o que tenho visto até aqui é sempre a mesma coisa, andamos sempre a bater na mesma tecla. É um estilo, depois é isto que alimenta as redes sociais.

-----Obviamente que acabamos por dar importância, se um Vereador traz um assunto aqui para a reunião de Câmara, esse assunto tem que ser analisado, não pode deixar de o ser. Agora, assuntos como esse que a Câmara diz estar caducado e a Direção-Geral do Património Cultural dizer que não está caducado, só uma solução. -----

-----Pensa que é a Câmara que vai agora discutir com a Direção-Geral do Património Cultural? -- -----

-----Não.-----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo é que levantou o problema agora tem que pedir um documento em como é como está a dizer e garanto-lhe que não lhe dão documento nenhum.”

-----Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Aguardo, então, que o Senhor Presidente nos envie o parecer dos Serviços, que ainda não recebemos, portanto, isto já foi a cinco de março, pedi-lhe por escrito que nos enviasse, e nunca enviou esse parecer que leu aqui na reunião. Eu não estava presente, estava o Duarte da Mata.” -----

-----Interrompeu o **Senhor Presidente** para dizer o seguinte: -----

-----“Vamos lá ver, esta coisa de os amigos da Associação pedirem uma cópia, a Senhora Vereadora Carla Castelo pede outra cópia, a Assembleia Municipal pede outra cópia, as coisas não funcionam assim. Esta Câmara não está aqui ao serviço da Vereadora Carla Castelo ou da Associação Evoluir, a Senhora Vereadora não lê as atas da Câmara?” -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Questionou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “O Senhor Presidente leu na íntegra o parecer dos Serviços? -----

----- É coisa que eu não sei pois não estava aqui.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não é preciso ler na íntegra, desde que o parecer fique anexo à ata, está lá. Eu não estou a dizer que não lhe seja enviado o parecer, eu não tenho nenhum problema que lhe enviem tudo. Agora, eu prefiro que a Senhora Vereadora consulte o processo, não que estejam a enviar mais papéis, mais isto e aquilo, não fazemos outra coisa.” -----

**16 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:** -----

----- Sob proposta verbal do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia vinte e dois de abril, pelas dez horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.-----

----- Considerar desde já convocados os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital.-----

**17 - PROPOSTA Nº. 224/22 - DTGE - FESTIVAL PANDA - APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, apoiar logisticamente o Festival Panda, contratualizado no protocolo de colaboração número seiscentos e cinquenta e três, de dois mil e vinte e um. -----

-----A emissão das licenças camarárias necessárias e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no valor estimado de seis mil setecentos e oitenta e sete euros e nove cêntimos. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f), vigésimo quinto, número um, alínea c) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo trigésimo oitavo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, publicado pelo Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, no Diário da República, segunda série, número cento e cinquenta e sete, de catorze de agosto de dois mil e doze. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**18 - PROPOSTA Nº. 225/22 - DOM - Pº. 2021/112-DGEP - “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES: -----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo,





Câmara Municipal  
de Oeiras

mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os trabalhos complementares, exigidos pela E-Redes, no valor de três mil duzentos e oitenta euros e noventa e um cêntimos, no âmbito da empreitada com o número de processo dois mil e vinte e um/cento e doze-DGEP - Rotunda Norte de Barcarena.-----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo septuagésimo, números dois e quatro, tricentésimo septuagésimo quinto e tricentésimo septuagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-- -----

**19 - PROPOSTA Nº. 226/22 – DBPL - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACORDO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O PLANO NACIONAL DE LEITURA 2027:**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a minuta de protocolo de parceria a celebrar entre o Município de Oeiras e o Plano Nacional de Leitura Dois Mil e Vinte e Sete. -----

----- Nos termos do número um e alíneas d) e e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**20 - PROPOSTA Nº. 227/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COMPANHIA DE ATORES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA [PÊ] PREFIXO DE DESUMANIZAÇÃO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de quinze mil euros, à Companhia de Atores - Grupo de Teatro e Associação Cultural, no sentido de apoiar a realização do programa [Pê] Prefixo de Desumanização. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, Decreto-Lei número vinte e quatro, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

**21 - PROPOSTA Nº. 228/22 - GAEP - “PARQUES TEJO, E.M.” - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022-2023, COM PARECER DO FISCAL ÚNICO: -----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Plano Plurianual de Atividades e



Câmara Municipal  
de Oeiras

Orçamento para dois mil e vinte e dois-dois mil e vinte e três, da Parques Tejo, Empresa Municipal, contendo Parecer do Fiscal Único.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal, a presente proposta de deliberação e os documentos anexos à mesma, para conhecimento/apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

----- Nos termos da alínea a), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**22 - PROPOSTA Nº. 229/22 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 3/81, SITO NA ESTRADA DE OUTURELA, EM CARNAXIDE: -----**

----- I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** colocou a seguinte questão: -----

----- “Será possível assegurar, ficando escrito na proposta, que será criada uma área verde pública em local a designar nas imediações em Carnaxide para usufruto e benefício dos moradores de Carnaxide? -----

----- Será possível assegurar também que o desenho exterior do hotel, na Estrada de Outurela, permite manter ou melhorar, se fosse melhorar, melhor, os passeios para os peões?-----

----- Na página seis da informação vê-se a simulação e o passeio fica exíguo, relativamente àquilo que é atualmente, a minha pergunta é se será possível introduzir estas duas alterações.”-----

----- **A arquiteta Cristina Rebelo** esclareceu o seguinte:-----

----- “Esta proposta tem subjacente a previsão de uma passagem pedonal, ainda que seja dentro de lote privado, mas está assegurada essa passagem pública com ónus de utilização

pública, salvo erro a nascente do lote. -----

-----O lote pela sua dimensão e características e geometria é um lote com uma dimensão não muito grande e, como tal, não permite uma cedência significativa, atendendo depois à implantação da própria unidade hoteleira e essa cedência, como tal, considerámos equilibrado e adequado que esse ónus de passagem fosse o suficiente para assegurar a ligação que era importante estabelecer e também a reformulação da área pedonal adjacente que segue o dimensionamento existente.”-----

-----O **Senhor Presidente** perguntou o seguinte: -----

-----“Qual é o lote? -----

-----A **arquiteta Cristina Rebelo** respondeu o seguinte: -----

-----“O lote fica encostado à Igreja de Carnaxide, é no início da estrada, tem um acesso e eles asseguram esse acesso.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao regulamento do alvará de loteamento número três, de oitenta e um, sito na Estrada de Outurela, em Carnaxide. ---

-----Comunicar à requerente.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número três, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. - -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração voto: -----

-----“A alteração prevista para um hotel não é o problema, é possível perfeitamente enquadrar o hotel no PDM, só que quanto a mim a questão não me parece que fique completamente sanada, até porque só falamos do passeio e não falamos da cedência de área



Câmara Municipal  
de Oeiras

verde e era mesmo importante.-----

----- A ausência de cedência de espaços verdes de utilização pública não fica colmatada com o que está na proposta, que é um espaço verde privado em cobertura, daí não podermos votar favoravelmente.”-----

----- O **Senhor Presidente** alegou o seguinte:-----

----- “Aquilo é uma zona industrial e não vejo que seja possível meter ali os espaços verdes. --------

----- Os espaços verdes ali só poderão ser obtidos, no âmbito da parte de baixo que fica por cima do cemitério, o que não significa que cada um destes promotores não tenha uma participação em dinheiro para os espaços verdes, não se pode dar aquilo que não se tem.”-----

----- A **arquiteta Cristina Rebelo** clarificou o seguinte:-----

----- “No âmbito da comparticipação exigível pela portaria para espaços verdes esse cálculo foi contabilizado e foi verificado nas parcelas de natureza privada, mas com ónus de utilização pública podem ser tidas em consideração para esse cálculo e foram, ou seja, quer esse percurso pedonal de enquadramento verde, quer a própria cobertura do hotel de utilização coletiva foi tida em consideração para efeitos desta comparticipação e isso está refletido nos documentos, portanto, não há lugar a pagamento, porque por vezes, existem em determinadas operações lugar a pagamento por via da não cedência ou da não consideração destas áreas para esse efeito, aqui não há lugar, porque elas foram consideradas, o mesmo não acontece para equipamento que há lugar a pagamento.”-----

**23 - PROPOSTA Nº. 230/22 - DMOTDU - CONTRATO Nº. 1081/2021 DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - PROTOCOLO ADICIONAL AO PROTOCOLO Nº. 36/2020 - (PROTOCOLO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS DAS TECNOLOGIAS DA MOTRICIDADE HUMANA E DO DESPORTO) - MODIFICAÇÃO**

**OBJETIVA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a reprogramação financeira do contrato número mil e oitenta e um, de dois mil e vinte e um, de comparticipação financeira entre o Município de Oeiras e a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa - Protocolo Adicional ao protocolo número trinta e seis, de dois mil e vinte - (Protocolo para o desenvolvimento do Campus das Tecnologias da Motricidade Humana e do Desporto), transitando o montante de quatro milhões e duzentos mil euros, do ano de dois mil e vinte e dois, para o ano de dois mil e vinte e três e consequente modificação objetiva do contrato.-----

-----A minuta do primeiro aditamento ao contrato de comparticipação financeira número mil e oitenta e um, de dois mil e vinte e um. -----

-----Nos termos das alíneas d), e) f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Artigos tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea a), tricentésimo décimo segundo, alíneas a) e c), do Código dos Contratos Públicos.-----

**24 - PROPOSTA Nº. 231/22 - GAEP - “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.” - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022, PARECER DO FISCAL ÚNICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo,



Câmara Municipal  
de Oeiras

mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois, Parecer do Fiscal Único e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, da Oeiras Viva, Empresa Municipal.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal, a presente proposta de deliberação e o documento anexo à mesma, para conhecimento/apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

----- Nos termos da alínea a), do número um, dos artigos quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**25 - PROPOSTA Nº. 232/22 - DEM - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA A PRAÇA DOS LUSÍADAS, EM LINDA-A-VELHA: -----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final, e consequentemente a adjudicação da “Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Praça dos Lusíadas, em Linda-a-Velha”, no montante de novecentos e trinta e sete mil cento e treze euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de vinte e três por cento, ao concorrente, “Atelier Central Arquitectos, Limitada”, nos termos da sua proposta e nas condições exigidas nas especificações técnicas do caderno de encargos.-----

----- A nomeação do Gestor do Contrato. -----

-----A minuta de contrato escrito.-----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Eu sei que é um projeto que já vem de trás, aliás, se cá estivéssemos também não teríamos votado a favor.-----

-----Importa referir que estando a mexer-se numa área central da vila de Linda-a-Velha, nada foi sequer informada a população.-----

-----A população não foi envolvida, nem lhe foi solicitada opinião num projeto que é, de alguma forma, estruturante daquela zona.-----

-----As fotos estavam nos folhetos da campanha do INOV, a população terá visto essas fotos, mas eu sei que muitas forças políticas apresentam “n” obras por atacado na altura das eleições e os munícipes não votam uma a uma, no fundo, não podem dizer que gostam de umas e não gostam das outras, acho que teria sido muito importante envolver os cidadãos de Linda-a-Velha neste processo.-----

-----Quanto ao enorme parque de estacionamento com excedentes para servir a zona empresarial, considero que é mais uma solução que privilegia o transporte privado.”-----

-----O **Senhor Presidente** alegou o seguinte:-----

-----“Há determinados projetos que são de tal forma arrastados durante anos que não carecem de participação pública, se quiser, participação pública política, porque este processo vai ter participação pública.-----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Agora, uma coisa é participação pública que a lei manda fazer, outra coisa é participação política, que é aquilo que os políticos gostam que se faça. -----

----- Dou-lhe um exemplo, o Rossio de Porto Salvo, é um processo muito parecido com este e que foi apresentado antes destas eleições, através de um esboço. -----

----- Quando se fala em Rossio de Porto Salvo, fala-se do que vai ser o Rossio e não aquilo que é. -----

----- A expectativa dos moradores de Porto Salvo, relativamente àquele espaço é tanta, que para eles o Rossio não é aquele largo que está ali, é o que vai ser. -----

----- Foram feitas apresentações daquilo que se vai fazer e não houve nada de novo, porque desde o início, o que estava previsto e que se pôs à discussão foi o Centro de Saúde de Porto Salvo, que só se considerou nas últimas eleições, porque o Ministério da Saúde nunca tinha aceite que se fizesse um Centro de Saúde em Porto Salvo, finalmente aceitou. -----

----- No caso de Queijas também pedem um Centro de Saúde, a Câmara não põe nenhum centro de saúde, nós não pomos no nosso programa nenhum centro de saúde para entalar os governos, nós colocamos os centros de saúde nos nossos programas eleitorais depois de negociar com os governos a possibilidade de fazer o centro de saúde, porque caso contrário, é estar aqui a levantar uma guerra desnecessária que não faz sentido. -----

----- Quando o Governo nos diz que sim e foi o que aconteceu em Carnaxide e em Algés, nós estamos em condições de fazer o centro de saúde, o Governo diz se vocês fizerem o edifício nós pomos lá os médicos e os enfermeiros e foi o que aconteceu no caso de Porto Salvo, finalmente aceitaram e a Câmara já tinha previsto as outras instalações. -----

----- Quanto à Junta de Freguesia, Porto Salvo tem uma Junta de Freguesia, mas não tem as condições adequadas e ainda nos sobravam naquela área mil e quinhentos ou dois mil metros quadrados para habitação que nos permitia fazer habitação jovem, no entanto, considerando agora os financiamentos, no âmbito do PRR para habitação de renda acessível já não vai ser para

habitação jovem, vai ser para renda acessível, porque a habitação jovem é construída cem por cento com o orçamento da Câmara, enquanto que a renda acessível tem uma participação que pode ir aos cem por cento. -----

-----Neste caso de Linda-a-Velha já está prevista uma escola e estacionamento, foi anunciado e foi discutido. -----

-----Acontece que, entretanto, foi construída a escola do primeiro ciclo que funciona junto à Amélia Rey Colaço, no Alto de Algés, tornou-se necessário fazê-la ali naquele espaço. ---

-----Surge agora a necessidade de um complexo escolar maior, tudo isto muda, tem que haver maior flexibilidade, as políticas educativas também mudam e, neste momento, o Ministério da Educação considera que é necessário um complexo junto à Escola Amélia Rey Colaço que vá desde o pré-escolar até ao sexto ano, já funciona ali desde o nono até ao décimo segundo ano. ---

-----Com este novo investimento ficará ali um complexo escolar de grande qualidade, logo, não vamos fazer a escola na Avenida Carolina Michaelis ou na Praça dos Lusíadas, mantém-se o parque de estacionamento e a necessidade desse parque, as instalações para a Junta de Freguesia, uma área de praça para serviços, comércio, etc. e uma área de habitação de renda acessível, é isto que eu estou a dizer?-----

-----Não, há quatro dias era isto, mas desde a visita que fizemos à estação radionaval deixou de ser. -----

-----Nós não estamos na União Soviética, ali era aquele planeamento centralizado, aqui o planeamento é flexível, muda a toda a hora e se não muda é porque somos obtusos, portanto, é provável que a Junta de Freguesia já não vá para a Rua dos Lusíadas, porque aquelas instalações onde vai ficar a loja do cidadão, que precisa de mil e poucos metros quadrados, aquilo tem três ou quatro mil, o que é que vamos fazer ao resto? -----

-----Já que está a loja do cidadão ali, faz todo o sentido que a Junta de Freguesia esteja ao lado da Loja do Cidadão, porque agora também é um serviço integrado. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Na sequência da conclusão do projeto eu não vejo nenhum problema que se faça uma discussão pública, em Linda-a-Velha, até porque se vai fazer do Complexo Cultural de Linda-a-Velha e é o próprio loteamento que determina isso, é natural que quando o projeto estiver concluído se faça uma discussão pública. -----

----- Estando o projeto concluído faz-se a discussão pública até por uma razão, eventualmente, para determinar, não a dimensão da construção, porque essa está determinada, mas o conteúdo funcional do que é que lá vai ficar, como já disse, há quatro dias a Junta de Freguesia ocupava setecentos ou setecentos e cinquenta metros se, porventura, for para o lado da rádio naval ficam libertos ali setecentos e cinquenta mil metros quadrados para área pública, nós também não podemos estar a inventar equipamento público, mas tínhamos falado e isso faz parte do nosso programa eleitoral, uma biblioteca em cada antiga freguesia, temos bibliotecas em Algés, Oeiras e Carnaxide.-----

----- No caso de Linda-a-Velha, o primeiro esboço do programa para o complexo cultural tinha uma área expositiva e de biblioteca, agora tem que se analisar se faz mais sentido a biblioteca estar no auditório, no complexo cultural ou estar isolada noutra zona como seja na Avenida Carolina Michaelis ou na Praça dos Lusíadas.-----

----- Estas são discussões que se têm que ter à medida em que se vai tendo uma ideia de qual o equipamento público que podemos instalar aqui ou além, sendo certo que não podemos ter aqui uma visão fechada, pode haver nessa discussão um contributo dos cidadãos, no sentido, de poder ser isto ou aquilo, certamente, que não podemos ter muitas ilusões e isto não tem que ver em ter menos consideração ou respeito pela opinião dos cidadãos. -----

----- Por exemplo, está permanentemente em aberto a participação da antiga Praça de Toiros das chamadas Portas de Algés e as ideias andam à volta de quatro ou cinco, não há tantas ideias como parece, é por isso que se fala em criatividade.-----

----- Quando se fala numa participação pública num ato que queremos que seja criativo as

ideias já não emergem dessa maneira, isto no fundo, para dizer que às vezes dá a impressão que quando se fala em parecer público a Câmara tem alguma dificuldade e não temos dificuldade nenhuma, não vejo nenhum problema em tudo aquilo que fazemos que vá para participação pública, não podemos é exagerar. -----

-----Imaginemos que agora íamos pôr todos os edifícios de habitação que vamos fazer em participação pública, para já não fazíamos nenhum, porque ninguém os quer, ninguém quer habitação municipal à porta e aí tem que haver disciplina, alguma autoridade, assim como, as ilhas ecológicas ninguém as quer à porta ou os contentores do lixo.-----

-----Aquilo que se põe em discussão pública tem que ter alguma dignidade e neste caso em concreto da Praça dos Lusíadas não digo que não tenha, até acho que tem e tem dignidade desde logo pela dimensão do investimento, estamos a falar de um estacionamento com trezentos ou quatrocentos lugares, de uma praça com cerca de dois mil metros quadrados, de um equipamento comercial com lojas do Município, mas são para arrendar e depois tem a área de renda acessível.-----

-----Sabem o que dizem na Avenida Carolina Michaelis?-----

-----Querem lá fazer outra Pedreira dos Húngaros, quem é que está interessado nisso? ----

-----Nós não queremos lá fazer uma Pedreira dos Húngaros, nem sequer renda apoiada, é renda acessível que é substancialmente diferente. -----

-----Não vejo nenhum problema que quando o projeto estiver pronto ou o estudo prévio se possa fazer uma discussão pública disso, pode ser que surja uma ideia brilhante sobre essa matéria.-----

-----Ontem, alguém me mandou um vídeo que o Carlos Narciso fez em mil novecentos e oitenta quatro, pode haver quem não encontre beleza naquele vídeo, mas eu acho-o belíssimo se articulado com aquilo o que é hoje a realidade, porque mostra bem o progresso que se fez em Portugal, mas muito particularmente em Oeiras nesta área social da habitação em que, por um



Câmara Municipal  
de Oeiras

lado, mostra claramente que havia racismo em Portugal, aliás, esse vídeo até faz um afloramento com uma ingenuidade extraordinária, porque questionada uma das senhoras quando estava a fazer a chamada de Linda-a-Velha Nova e lhe perguntam: Então, convive ali com esta gente, ela respondeu: não, sabe esta gente tem uns costumes diferentes dos nossos, é gente de cor, cada um faz a sua vida.-----

----- Na altura, uma coisa destas era tolerável. -----

----- Nós olhamos para aquele filme e mostra ainda um bocadinho do que era a Pedreira dos Húngaros e o que é hoje, só temos razões para nos sentir felizes e, sobretudo, realizados por tudo aquilo que se faz e fazemos, no sentido de melhorar a vida das pessoas.” -----

**26 - PROPOSTA Nº. 233/22 - DEM - Pº. 2020/161-DEM - REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA BÁSICA DR. JOAQUIM DE BARROS, EM PAÇO DE ARCOS: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria só de saber o estado destas obras da remoção do amianto, porque tenho ideia que em dois mil vinte e um já se disse que estava a remoção do amianto feita em todas as escolas, temos expectativa de ter este trabalho concluído, quando?-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte: -----

----- “Esta é a única escola que está em curso, neste momento.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Eu vejo aqui duas escolas.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** questionou o seguinte: -----

----- “Senhora engenheira Fátima Rabuge quando é que se prevê a conclusão das obras?” -

----- A **engenheira Fátima Rabuge** referiu o seguinte: -----

----- “As obras iniciaram-se no mês de julho de dois mil e vinte e um, a Escola Amélia Rey Colaço com o prazo de um ano e a Escola Joaquim de Barros no mês de novembro de dois mil e vinte e um, também com o prazo de um ano, portanto, elas estão a decorrer bem e em

princípio nós estaremos com a conclusão da Amélia Rey Colaço no mês de julho e a Joaquim de Barros no mês de novembro.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a primeira revisão de preços, no montante total de quarenta e um mil trezentos e setenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e vinte/cento e sessenta e um-DEM - Remoção de Coberturas com Amianto - Escola Básica Doutor Joaquim de Barros, em Paço de Arcos”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro.-----

**27 - PROPOSTA Nº. 234/22 - DEM - Pº. 2020/158-DEM - REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA AMÉLIA REY COLAÇO, EM LINDA-A-VELHA:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a primeira revisão de preços, no montante de trinta e dois mil seiscentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e vinte/cento e cinquenta e oito-DEM - Remoção de Coberturas com Amianto - Escola Secundária Amélia Rey Colaço, em Linda-a-Velha”.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro.-----

-----Após a votação, entrou na sala o **Senhor Vereador Armando Soares**.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**28 - PROPOSTA Nº. 235/22 - DPU - P2/2006/23 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 10/2007, LINDA-A-VELHA, SOLICITADA POR “ÍNDICE PLURAL, UNIPESSOAL, LDA.”:-----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número dez, de dois mil e sete, em Linda-a-Velha, solicita por “Índice Plural, Unipessoal, Limitada”.-----

----- Comunicar à requerente.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, do número dois, vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:-

----- “Estes são os tais Planos de Pormenor que já têm trinta anos, não é?-----

----- O promotor vem agora pedir uma alteração para reduzir áreas, argumentando com normas flexíveis do Plano de Pormenor em vigor para ter mais cento e três fogos.-----

----- Pelo que lemos na informação anexa os Serviços discordam, mas a Câmara pediu um parecer jurídico a uma reputada professora de direito urbanístico, no sentido de ver se era possível e é com base nisso que a Câmara quer autorizar.-----

----- Os Serviços discordam, lendo o parecer dos Serviços nós concordamos com os Serviços, por isso, votamos contra.”-----

----- O **arquitecto Luís Serpa** disse o seguinte:-----

----- “Trata-se de um ajustamento à solução que estava aprovada sem acréscimo de área bruta de construção, ou seja, o que há é uma reconfiguração das tipologias habitacionais, o que

faz acrescentar o número de fogos sem acrescentar área de construção e o que há é uma recolocação.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** questionou o seguinte: -----

-----“Quantos metros quadrados de construção há a mais?” -----

-----O **arquiteto Luís Serpa** respondeu o seguinte:-----

-----“Não há nenhum, que eu saiba.-----

-----O que há é esta reconfiguração das tipologias, todos os planos feitos na década de noventa, há muito tempo já, tinham este dispositivo de flexibilidade, até porque a realidade é mesmo assim, não fazia sentido a programação que estava feita há trinta anos manter-se exatamente igual. -----

-----Agora o que não estava previsto era haver acréscimos de construção, que não há, há sim a operação das tipologias, ou seja, a reconfiguração das tipologias e há também a realocação de posicionamento do sítio onde ficariam os espaços para os escritórios. A opção que está a ser utilizada atualmente é a de não colocar os espaços de escritórios nos mesmos edifícios onde está maioritariamente habitação, porque as pessoas que vão habitar esses edifícios, isto é por experiência de coisas que já aconteceram, não acham aceitável essa presença das empresas nos próprios edifícios onde habitam, porque isso cria um ambiente de devassa, de ruído etc., que eles não aceitam bem. O que nos propuseram foi colocar os espaços para escritórios num só edifício reajustando a solução urbanística, mas não há acréscimos deste tipo, nem de área de construção, há um número de fogos, mas não há alteração de área de construção.-----

-----Haverá certamente o correspondente ajustamento da capacidade de estacionamento em função da nova estrutura de tipologias, que está prevista na operação, portanto, não há aqui nenhuma alteração. -----

-----A questão que motivou o parecer jurídico, era outra, era saber até que ponto determinados mecanismos de flexibilidade que estão previstos no regulamento do plano podiam





Câmara Municipal  
de Oeiras

ser interpretados como acolhendo estas alterações e aí é que a professora Fernanda Paula Oliveira, julgo que é esse parecer que se está a referir, nos ajudou a confirmar que poderia perfeitamente ser interpretado como enquadrando-se esses ajustamentos aos dispositivos de flexibilidade que estavam no regulamento do Plano de Pormenor.-----

----- Essa dúvida surgiu nos Serviços, será que isto pode ser interpretado desta forma, por isso, pediu a opinião da professora Fernanda Paula Oliveira, mas não há aqui nenhum acréscimo, havia a dúvida só se haveria uma interpretação que implicasse uma qualquer espécie de alteração ao instrumento de gestão territorial.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Senhor arquiteto, a ver se eu percebi bem, o que aconteceu é que se concentrou serviços num só lote que estavam dispersos, concentrou-se num lote de modo a evitar os condomínios mistos e os problemas dos condomínios mistos o que leva a alteração da altura dos edifícios devido a cumprimento da legislação.”-----

----- O **arquiteto Luís Serpa** disse o seguinte:-----

----- “Uns baixam, outros sobem, porque o pé direito, ou seja, a altura piso a piso dos edifícios de escritórios é de cerca de quatro metros e os de habitação andam pelos três metros, três metros e vinte piso a piso, portanto, quando eu coloco todos os escritórios num sítio há uma ligeira subida de altura dos edifícios, quando eu retiro os escritórios dos edifícios de habitação há uma ligeira descida da altura dos edifícios de habitação, é esse o ajustamento em termos altimétricos que existe e foi precisamente para saber se estas adaptações se enquadravam nas descrições do plano que se pediu a opinião da doutora Fernanda Paula Oliveira e que se concluiu que podiam ser enquadradas.”-----

----- A **arquiteta Cristina Rebelo** referiu o seguinte:-----

----- “O agravamento de fogos é em trinta e cinco fogos não são cento e tal fogos, eles passam de cento e cinquenta para cento e oitenta, são trinta e cinco fogos por questões de

reajustamento de tipologias.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Perante as explicações dadas mudo o meu voto para abstenção.” -----

**29 - PROPOSTA Nº. 236/22 - DDPE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS “MEDIADORES PARA O SUCESSO ESCOLAR” - 2º. CICLO, “GERAÇÃO DE SUCESSO” - 1º. CICLO E “SUCESSO 2040” - PRÉ-ESCOLAR NAS EBI SOPHIA DE MELLO BREYNER, EB AMÉLIA VIEIRA LUÍS E JI TOMÁS RIBEIRO (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARNAXIDE-PORTELA) E EB PEDRO ÁLVARES CABRAL E JI DA EB DE PORTO SALVO (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AQUILINO RIBEIRO):** -----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a celebração de um Protocolo de Associação entre o Município de Oeiras, Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela e a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social, para a implementação em dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro dos programas designados: -----

-----“Geração de Sucesso” - Potencialização de alunos do Primeiro Ciclo na Escola Básica Amélia Vieira Luís e Escola Básica Pedro Álvares Cabral do Concelho de Oeiras;-----

-----“Mediadores para o sucesso escolar” para os alunos do Segundo e do Terceiro Ciclo da Escola Básica Sophia de Mello Breyner do Concelho de Oeiras, inserido no projeto global da EPIS denominado “Rede de mediadores para o sucesso escolar” para os anos de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro; -----

-----“Sucesso dois mil e quarenta”, para crianças da Educação Pré-escolar da Escola



Câmara Municipal  
de Oeiras

Básica Amélia Vieira Luís, Jardim de Infância Tomás Ribeiro, Escola Básica de Porto Salvo e Escola Básica Pedro Álvares Cabral.-----

----- A atribuição da comparticipação financeira no valor de duzentos e trinta e oito mil cento e noventa e cinco euros e vinte cêntimos, à Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social, para apoio à concretização dos programas “Geração de Sucesso-Potencialização de alunos do Primeiro Ciclo”, “Mediadores para o sucesso escolar”, “Sucesso dois mil e quarenta”, ao abrigo das cláusulas terceira e sexta da minuta de protocolo), constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

----- O valor de sessenta mil duzentos e nove euros e vinte e seis cêntimos, referente ao ano letivo de dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois;-----

----- O valor de oitenta e oito mil novecentos e noventa e dois euros e noventa e sete cêntimos, referente ao ano letivo de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três;-----

----- O valor de oitenta e oito mil novecentos e noventa e dois euros e noventa e sete cêntimos, referente ao ano letivo de dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro; -----

----- A minuta de Protocolo de Associação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto,

regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um e dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Estes projetos são muito bem-vindos e devem ser alargados a todas as escolas básicas do concelho.-----

-----Deixamos apenas uma chamada de atenção relativa ao protocolo na cláusula terceira, ponto dois, na alínea b), “Acesso permanente a toda a informação de projeto desenvolvida no decurso da sua duração.” deveria ser substituída por: “Acesso permanente a toda a informação de projeto desenvolvida no decurso da sua duração com as limitações impostas na cláusula oitava, do presente protocolo.” Ou seja, se a Câmara Municipal de Oeiras acede a todos os dados, fica também obrigada a cumprir o RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados relativo a proteção de dados das crianças. Não pode ser uma obrigação dos outros e não ser da CMO como referido no artigo oitavo.” -----

**30 - PROPOSTA Nº. 237/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AO CENTRO PAROQUIAL DE BARCARENA, DESTINADO À DINAMIZAÇÃO DE HORTAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS - AQUI HÁ HORTA:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do subsídio aos Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro, Conde de Oeiras, Linda-a-Velha/Queijas e ao Centro Social Paroquial de Barcarena, no presente ano letivo dois mil e



Câmara Municipal  
de Oeiras

vinte e um/dois mil e vinte e dois, para a implementação e manutenção da horta pedagógica no período de três anos, sendo que a coordenação/corpo docente deverá assegurar a concretização dos trabalhos, durante todo o ano civil, contabilizando-se a verba no valor de vinte e cinco mil euros.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

**31 - PROPOSTA Nº. 238/22 - DGP - 1ª. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Armando Soares**, aprovar a primeira alteração do Mapa de Pessoal de dois mil e vinte e dois, e posterior submissão à

Assembleia Municipal.-----

-----Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

-----Lei número doze-A, de dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e nove, de dois mil e nove, de três de setembro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto. -----

-----Portaria número duzentos e setenta e dois-A, de dois mil e dezassete, de treze de setembro.-- -----

**32 - PROPOSTA Nº. 239/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, NºS. 32, R/C DTO. E 34, 1º. DTO., BAIRRO DE S. MARÇAL, POR REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Alberto Osório de Castro, número trinta e dois, rés-do-chão direito, no Bairro São Marçal, em Carnaxide, com posterior cálculo da renda mensal. -----

-----A atribuição do fogo T Três, atualmente ocupado, sito na Rua Alberto Osório de Castro, número trinta e quatro, primeiro direito, no Bairro São Marçal, em Carnaxide, com posterior cálculo da renda mensal. -----

-----A elaboração dos respetivos contratos administrativos de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação



Câmara Municipal  
de Oeiras

da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**33 - PROPOSTA Nº. 240/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JUNÇÃO DO BEM, Nº. 58, NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social sita na Rua Junção do Bem, número cinquenta e oito, no Bairro Bento de Jesus Caraça, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em vinte e quatro de maio de dois mil, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses. -----

----- A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal.-----

----- Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**34 - PROPOSTA Nº. 241/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA ALAMEDA JORGE ÁLVARES, Nº. 5, 1º. DTO., BAIRRO DOS NAVEGADORES:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social sita na Alameda Jorge Álvares, número cinco, primeiro direito, no Bairro dos Navegadores, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em dezassete de outubro de dois mil e cinco, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses.-----

-----A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal. -----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**35 - PROPOSTA Nº. 242/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 52, R/C DTO., BAIRRO RIBEIRA DA LAGE: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar na





Câmara Municipal  
de Oeiras

qualidade de proprietária da habitação social sita na Rua Joaquim Matias, número cinquenta e dois, rés-do-chão direito, no Bairro Ribeira da Lage, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em catorze de julho de dois mil e dezasseis, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses e no incumprimento da obrigação do pagamento da renda mensal, determinando a cessação da utilização da fração. -----

----- A fixação do prazo de noventa dias, para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal.-----

----- A fixação do prazo de noventa dias para o pagamento integral da quantia em dívida, a execução judicial da quantia devida, caso se mantenha o incumprimento.-----

----- Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**36 - PROPOSTA Nº. 243/22 - DGSH - DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO AO FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 11, R/C A, NO BAIRRO DOS BARRINHOS:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social sita no Largo Idálio de Oliveira, número onze, rés-

do-chão A, no Bairro dos Barrinhos, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em dezasseis de abril de dois mil e treze, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses, no incumprimento da obrigação do pagamento da renda mensal, bem como o incumprimento da obrigatoriedade de não manter elementos na habitação, que não pertençam ao agregado familiar, por período superior a um mês e sem autorização prévia do senhorio, determinando a cessação da utilização da fração. -----

-----A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens e pagamento integral da dívida, sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal. -----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**37 - PROPOSTA Nº. 244/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 52, R/C DTO. NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAJE: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo de tipologia T Dois, sito na Rua Joaquim Matias, número cinquenta e dois, rés-do-chão direito, no Bairro da Ribeira da Laje. -----

-----A manutenção da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de quarenta e



Câmara Municipal  
de Oeiras

sete euros e cinquenta cêntimos. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**38 - PROPOSTA Nº. 245/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 18 DE MAIO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de um apoio extraordinário à Associação de Moradores Dezoito de Maio, no valor de nove mil duzentos e vinte e cinco euros. -----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas k) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo

Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

**39 - PROPOSTA Nº. 246/22 - DEM - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DA 6ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA RELATIVA À “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS”:** -----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a sexta revisão de preços, no montante total de trinta e seis mil duzentos e trinta e oito euros e setenta e três cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e dezanove/noventa e quatro-DEM - Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Não pomos em causa a adequação da proposta em concreto, mas temo-nos abtido sempre em propostas relacionadas com esta obra, que não teríamos aprovado se estivéssemos na Câmara no mandato anterior. A nossa discordância de fundo é com a localização, que consideramos danosa para o território.” -----

**40 - PROPOSTA Nº. 247/22 - DOM - Pº. 2020/161-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**AMIANTO - ESCOLA BÁSICA DR. JOAQUIM DE BARROS, EM PAÇO DE ARCOS” -  
APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os trabalhos complementares, no valor de treze mil e duzentos euros, correspondentes à primeira modificação objetiva do contrato da empreitada “Remoção de coberturas com amianto - Escola Básica Doutor Joaquim de Barros, em Paço de Arcos”.-----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo septuagésimo, números um, dois e quatro, tricentésimo septuagésimo quinto e tricentésimo septuagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-- -----

**41 - PROPOSTA Nº. 248/22 - DVM - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA À LOCAÇÃO DE  
AUTOCARROS COM CONDUTOR, NO ÂMBITO DO PROJETO OEIRAS EDUCA, NA  
MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional para locação de autocarros com condutor, no âmbito do projeto Oeiras Educa, na modalidade de fornecimento contínuo.-- -----

-----A definição do preço base que é de um milhão cento e trinta e seis mil novecentos e oitenta e um euros e treze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Aas peças do procedimento. -----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março e vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho. -----

**42 - PROPOSTA Nº. 249/22 - DMOGAH - FIXAÇÃO DOS PREÇOS DOS VINHOS “VILLA OEIRAS” PARA ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, SIMAS E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DE OEIRAS:-----**

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e



Câmara Municipal  
de Oeiras

Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a seguinte alteração de preços: -----

----- Preço de venda aos Membros do Executivo Camarário, Membros da Assembleia Municipal, trabalhadores do Município e funcionários do SIMAS, Juntas de Freguesia, Empresas Municipais, funcionários das Corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho de Oeiras e agentes/funcionários das Esquadras da Polícia de Segurança Pública do Concelho de Oeiras, antigos funcionários (reformados) da CMO, do SIMAS e funcionários do CCD:-----

----- - Garrafa “Villa Oeiras Colheita” de cinquenta centilitros - cinquenta e três euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- - Garrafa “Villa Oeiras quinze anos Superior” de setenta e cinco centilitros - dezassete euros e cinquenta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- - Garrafa “Villa Oeiras quinze anos Superior” de trinta e sete vírgula cinco centilitros - onze euros e sessenta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- - Garrafa “Villa Oeiras sete anos” de setenta e cinco centilitros - onze euros e sessenta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

----- - Garrafa “Villa Oeiras sete anos” de trinta e sete vírgula cinco centilitros - sete euros e trinta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

----- - Tubo individual “Villa Oeiras sete anos” de sessenta mililitros - três euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- - Tubo individual “Villa Oeiras quinze anos” de sessenta mililitros - três euros e cinquenta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- - Tubo individual “Villa Oeiras Colheita dois mil e nove” de sessenta mililitros - cinco euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

----- - Coffret três Tubos “Villa Oeiras” de sessenta mililitros - onze euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor). -----

-----As quantidades máximas permitidas de venda, por cada funcionário, serão de doze garrafas/ano para setenta e cinco centilitros e/ou trinta e sete vírgula cinco centilitros, independentemente do tipo de vinho. Para “colheitas” uma garrafa/ano. Para tubos individuais, dez unidades/ano, independentemente do tipo de vinho. Para coffrets, cinco unidades/ano. -----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:

-----Concordamos com descontos e outros incentivos à compra de produtos locais no comércio local, mas não podemos deixar de alertar para que esta medida beneficia apenas os antigos funcionários da CMO, SIMAS e funcionários do Centro de Cultura e Desporto de Oeiras. Consideramos que seria interessante alargar a medida para que todos os Oeirenses possam ter acesso aos produtos com um pequeno desconto, para que se valorize o consumo de produtos locais e contribua para a dinamização do comércio local.” -----

**43 - PROPOSTA Nº. 250/22 - DOM - Pº. 2021/112-DGEP - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS RELATIVOS À “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA”:** -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

**44 - PROPOSTA Nº. 251/22 - DP - PEDIDO DE ADIAMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO RELATIVA À CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO - OCTÓGONO SITO NA RUA DESEMBARGADOR FARIA:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o adiamento





Câmara Municipal  
de Oeiras

do início do pagamento do preço da concessão por mais quatro meses, com efeitos a um de junho de dois mil e vinte e dois, até ao final do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, por forma a permitir a realização das obras tendentes à abertura do espaço.-----

----- Nos termos da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Alínea qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**45 - PROPOSTA Nº. 252/22 - DP - DESANEXAÇÃO E ANEXAÇÃO DE TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITOS EM LINDA-A-VELHA:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a desanexação de uma parcela com a área de cento e setenta e um metros quadrados, proveniente da ficha cinquenta e oito e artigo matricial rústico oitocentos e trinta e dois, secção quarenta e quatro (parte), confrontando a norte com domínio público (jardim municipal), a sul com Piscina Municipal (Oeiras Viva, Empresa Municipal), a nascente com Alameda António Sérgio e a poente com domínio privado municipal. -----

----- Anexação da parcela de terreno melhor identificada no ponto anterior, com outra parcela de terreno municipal com a área de mil quinhentos e quarenta e quatro metros quadrados, descrita na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha cento e cinquenta e oito, da Freguesia de Linda-a-Velha, e inscrita sob o artigo matricial urbano dois mil cento e sessenta e quatro, da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, resultando um prédio urbano com a área de mil setecentos e quinze metros quadrados, confrontando a norte com Domínio público (jardim municipal), a sul com Rua de Ceuta, a

nascente com Alameda António Sérgio e Piscina Municipal (Oeiras Viva, Empresa Municipal) e a poente com domínio privado municipal e Rua de Ceuta. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo segundo, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea c), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

**46 - PROPOSTA Nº. 253/22 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA : -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de subsídio de instalação no primeiro ano, a aluna oriunda do Município de São Vicente no montante de duzentos e vinte e cinco euros, abonado numa prestação única. -----

-----A atribuição de subsídio anual para a aquisição de material escolar, no montante de duzentos euros, abonado numa prestação única. -----

-----O pagamento dos valores referentes às propinas do ano letivo de dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, num total de seiscentos e noventa e sete euros. -----

-----O pagamento da Bolsa Mensal no montante de duzentos e vinte e cinco euros, entre março e agosto dois mil e vinte e dois, num total de mil trezentos e cinquenta euros. -----

-----Alojamento, em regime de uso partilhado, em apartamento disponibilizado pelo Município, com despesas de luz, água e gás incluídas. -----

-----Nos termos da alínea aaa), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal  
de Oeiras

fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**47 - PROPOSTA Nº. 254/22 - DAEGA - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE MÉRITO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2021/2022: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de saber se a ordenação, ou seja se a ordem de surgimento dos candidatos é aleatória ou é por classificação, porque em termos de notas do percurso académico, o candidato que surge em primeiro lugar, não parece ter melhor percurso académico do que os restantes premiados, nomeadamente duas jovens que surgem em terceiro e quarto lugar, portanto, qual é o critério para a ordenação dos premiados?” -----

----- A **doutora Irene Vicente** referiu o seguinte:-----

----- “Existe uma matriz com critérios, parâmetros definidos que pontuam o mérito dos candidatos nas diferentes áreas, social, académica e educacional, portanto, todas essas componentes são avaliadas, são classificadas, são pontuadas e é nessa ordem de classificação que surge a lista ordenada provisória e depois a definitiva.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

----- “Então nesse caso, existindo uma matriz, não devíamos ter acesso à matriz?”-----

----- A **doutora Irene Vicente** respondeu o seguinte: -----

----- “Ela faz parte integrante do processo de candidaturas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Nos anexos não encontrei a matriz. Eu pedi a documentação, enviaram a

documentação das reclamações, nomeadamente dos cinco que reclamam por questões de mérito e a maioria realmente diz que não entende muito bem os critérios, mas nós para avaliarmos esta proposta não temos nos anexos a matriz.” -----

-----A **doutora Irene Vicente** referiu o seguinte: -----

-----“O documento era um anexo integrante de uma das informações que sustentam a proposta, por lapso, não deve ter sido colocado no Salão Nobre, mas está disponível no Portal da Educação para consulta e terei todo o gosto em o enviar.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a análise efetuada pelo Departamento de Educação, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/três mil cento e vinte e um, de dez de fevereiro de dois mil e vinte e dois. -----

-----As decisões finais de indeferimento às reclamações apresentadas pelos candidatos em sede de audiência prévia, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/seis mil trezentos e trinta e cinco. -----

-----A atribuição de dez bolsas de mérito a estudantes do ensino superior para o ano letivo dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois. -----

-----O pagamento de um valor a cada um dos dez contemplados, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/seis mil trezentos e trinta e cinco, perfazendo o valor global de quarenta mil duzentos e cinquenta euros. -----

-----A publicação da Lista Ordenada Definitiva dos candidatos contemplados com a atribuição de Bolsa de Mérito no ano letivo dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois. -----

-----Realização de homenagem de mérito através da entrega de diplomas aos candidatos,



Câmara Municipal  
de Oeiras

num momento em que se procure valorizar o empenho dos jovens na comunidade educativa do Município. -----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:

----- “Não pondo em causa o mérito do primeiro classificado, não resulta clara a ordenação dos candidatos pela leitura dos resumos dos outros premiados. Tendo em conta a estreita ligação ao INOV (foi candidato pelo INOV nas eleições autárquicas e é membro da mesma Associação), e perante as reclamações apresentadas por candidatos preteridos, é da máxima importância tornar o processo de avaliação mais escrutinável e transparente. Na maioria dos casos, em resposta às reclamações dos candidatos preteridos é dito que “A equipa desenvolveu uma grelha de avaliação segundo os parâmetros previstos para reconhecimento, e classificação do mérito demonstrado na candidatura.” Mas esta tabela (matriz) de classificação não consta junto da proposta de deliberação e não é divulgada nos materiais de comunicação da Bolsa, e deveria sê-lo a bem da transparência no processo de atribuição. Deve também ser divulgada publicamente a tabela de ordenação final com as classificações atribuídas nos diferentes pontos a cada um dos candidatos.”-----

**48 - PROPOSTA Nº. 255/22 - DPCHM - Pº. NPH/04/DPCHM/2020 - EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO ALTO DA MONTANHA:** -----

----- I - Sobre o Empreendimento Habitacional do Alto da Montanha, o **Senhor Vereador**

**Nuno Neto** fez uma apresentação em “power point”, a qual foi inserida no Salão Nobre Digital. -

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Este caso do Alto da Montanha já é antigo e nós queremos habitação a custos controlados e eu tenho muita pena de ter de votar contra esta operação, mas achamos que a habitação a custos controlados deve estar próxima de soluções consistentes de transportes públicos e também não deve estar em locais sensíveis, como é o caso ali, que ainda estamos na zona da Serra de Carnaxide, quanto a nós a localização é errada junto à Mama Sul, estamos a falar de cedências do famigerado loteamento do Alto da Montanha que ainda está em Tribunal há mais de doze anos, depois do Ministério Público ter dado razão aos moradores do Casal da Amoreira, eu ainda como jornalista acompanhei o caso, fiz algumas reportagens com aquela população, que pôs a Câmara em Tribunal, a justiça infelizmente arrasta-se durante muito tempo e o caso ainda não foi julgado. -----

-----Por isso, não podemos concordar com este loteamento ainda que concordemos e tenhamos muita pena de não podermos apoiar esta construção de habitação a custos controlados, mas, na realidade, pela localização e por tudo aquilo que está em causa naquele local e todo aquele processo não poderemos votar a favor.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Eu não posso deixar de dizer alguma coisa nesta matéria, porque se fosse surpresa eu não dizia nada, mas não é surpresa. -----

-----Não é por acaso que os Municípios liderados pela esquerda na Área Metropolitana de Lisboa, estão todos cheios de barracas. -----

-----Nos últimos tempos têm assistido, por reportagens de televisão, situações dramáticas no Seixal, Amora, Montijo, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira. -----

-----A Amadora ainda tem seis mil famílias a viver em barracas, no entanto, é extraordinário nesses Municípios, seja Vila Franca de Xira, seja onde for, ganham-se eleições.---



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- No caso da Amadora, por exemplo, o Partido Socialista, que atualmente lidera, tem um pretexto e usa com alguma frequência o facto de até ao primeiro mandato com o Partido Socialista com o Joaquim Raposo, o Partido Comunista sempre se ter oposto à construção de habitação social.-----

----- Anda hoje a doutrina oficial do Partido Comunista é essa, que compete ao Estado fazer as casas de habitação municipal, habitação a custos controlados, mas não me consta que nesses Municípios Amadora, Loures ou Vila Franca de Xira que tenha havido qualquer movimento dos partidos à esquerda do PS a protestarem pelo facto de não haver uma política mais centrada na habitação.-----

----- No caso de Oeiras, o Bloco de Esquerda esteve sempre contra a habitação municipal e não deixa de ser realmente estranho e hipócrita, reparem se fosse mais um prédio destes num bairro municipal, diria que estávamos a aumentar o gueto, porque é o que eles diziam, que estávamos a fazer gastos. Se fosse numa zona mais nobre, é porque não tem transportes públicos, isso é para os ricos, os ricos é que têm carro, toda a política de Oeiras foi centrada no automóvel, logo não há transporte público, que atrevimento estar a colocar famílias da classe média baixa numa zona nobre como é o Alto da Montanha, para alguns até já está na Serra de Carnaxide. ----

----- Para outros Algés até nunca deveria ter existido, na realidade Algés está no sopé da Serra de Carnaxide, mas é uma coisa estranha, com esta retórica transforma alguma coisa?-----

----- O que é que pretendem, que em vez de habitação municipal se faça lá habitação privada?--- -----

----- Está aprovado que a Câmara venda aquele lote que recebeu no âmbito da urbanização destinada à construção de habitação, não vai lá fazer habitação? -----

----- Vai lá fazer um jardim, para enriquecer ainda mais os privados que compram lá casa?

----- Para valorizar ainda mais as casas que se lá vão construir? -----

----- Portanto, não adianta dizer que sim em favor da habitação, porque quando chega à

altura de votar, votam contra. -----

-----Somos a favor da habitação, mas depois nunca estamos de acordo com o sítio onde ela vai nascer, é esta posição há pelo menos quinze ou vinte anos do Bloco de Esquerda, desde que o Bloco de Esquerda existe, tem sido essa, ainda a Senhora Vereadora Carla Castelo tenta demarcar-se do Bloco de Esquerda, mas depois não consegue, as amarras são tantas, eu bem tento quebrá-las, mas é difícil, é preciso ser um Hércules para quebrar as amarras. -----

-----Eu tenho pena dos políticos que dizem defender o povo, estar ao lado do povo, e depois preocupam-se com aquelas questões que dizem respeito aos ricos e que não têm uma preocupação a favor do povo, aliás, não é por acaso que a Senhora Vereadora Carla Castelo ainda não apresentou aqui nesta Câmara uma única proposta a favor do povo, o povo precisa, o povo passa dificuldades, o povo desempregado, o povo tem necessidades. -----

-----Eu quero dizer que é lamentável que seja, por acaso, não temos aqui a Extrema Direita, mas se tivéssemos, talvez porque são mais hipócritas, a Extrema Esquerda consegue ser ainda mais hipócrita, mas estou convencido que se tivesse aqui a Extrema Direita votava a favor desta proposta, por muitos argumentos que a Senhora Vereadora dê, eu no seu lugar tinha vergonha de estar desta maneira contra uma política de habitação, que hoje é uma política oficial, felizmente, voltamos a ter um Governo, tivemos o Cavaco que fez um esforço extraordinário e nunca mais tivemos políticas de habitação, temos agora um Governo que felizmente se preocupa com a habitação, com a dignidade da família e temos uma Vereadora na Câmara de Oeiras, que representa o Bloco de Esquerda, que com argumentos absolutamente falaciosos ou porque é o transporte público ou porque está ali no sítio da Serra de Carnaxide onde não devia estar, ou porque está onde está, vota contra. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo pode falar muito, pode dizer o que disser eu vou-lhe dizer, já não se redima, eu no seu lugar tinha vergonha, acho que um político que toma uma posição dessas contra a habitação não é digno de estar na política. -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Estão a ver o perigo da Extrema Esquerda e da Extrema Direita, não pensem que são anjinhos, a Extrema Esquerda e a Extrema Direita são o perigo do Século Vinte e Um, portanto, nunca podemos deixar de os denunciar nas suas políticas antidemocráticas e esta de não querer dar solução para o problema dos pobres é bem demonstrativo do que é o Bloco de Esquerda. ----

----- Senhora Vereadora Carla Castelo eu tinha a certeza que Vossa Excelência iria votar contra esta proposta, até por uma razão, propostas concretas destas o Bloco de Esquerda votou sempre contra, nunca votou a favor, não adianta dizer que são a favor da habitação social, que não são, querem pobres, são contra os pobres, no sentido de não os quererem tirar da pobreza. ---

----- Se quer que lhe diga, eu sempre tive algumas dúvidas, será que a Senhora Vereadora Carla Castelo é mais Bloco de Esquerda ou é mais Socialista? -----

----- Está a fazer o papel dela, inteligente, para ver se em dois mil e vinte e cinco é candidata pelo Partido Socialista, uma atitude moderada ou não, mas não tem solução Senhora Vereadora, matou-se hoje, com esta votação morreu politicamente, porque os Oeirenses ficam a saber que a Senhora Vereadora Carla Castelo está aqui para defender os ricos.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** refutou o seguinte:-----

----- “O que está a dizer não é verdade, não defendo os ricos, como é evidente, defendo o interesse público e este processo, como o Senhor Presidente sabe muito bem, é um processo que ainda está em Tribunal, porque moradores daquela zona fizeram uma ação popular contra a Câmara precisamente pela volumetria que ali estava, porque na realidade aquela zona deveria ter muito menos construção e se tivessem sido respeitados os índices teria muito menos construção, não se poderia fazer aquilo que foi feito lá, aliás, mesmo antes de quererem fazer a habitação a custos controlados, que eu defendo, mas não ali, porque como não defendia ali os outros prédios também não vou agora, por ser questão de habitação a preços controlados, defender uma localização que, à partida, é errada e o Tribunal ainda não decidiu sobre esta questão e é muito estranho realmente como é que as coisas se passam, porque entretanto os prédios vão sendo

construídos antes de haver uma decisão judicial. -----

-----Mas enfim, nós cá estaremos para ver também se estamos ou não mortos politicamente, eu sei que é um grande desejo do Senhor Presidente, que está muito desejoso que isso aconteça, mas, por enquanto, ainda nos tem de ouvir durante quatro anos, lamento, mas terá de ser assim.” -----

-----O **Senhor Presidente** frisou o seguinte: -----

-----“Se calhar vai-me ouvir durante mais dez ou doze anos, sabe que eu gosto muito de desafios, só a queria ouvir durante estes quatro anos, mas se me transmite energia eu não faço só mais quatro, se não me transmitir energia deixo andar. -----

-----Agora, a Senhora Vereadora continua a laborar no erro, de facto é contra a habitação social, por uma razão muito simples, está a acusar a Câmara de cometer ilegalidades no Alto da Montanha? -----

-----Se está diga lá qual é a ilegalidade que é para os técnicos e dirigentes que aqui estão tomarem nota. -----

-----Este edifício está aprovado desde a primeira hora da aprovação do loteamento, foi uma cedência do urbanizador para a Câmara aquele edifício destinado a habitação jovem.-----

-----A Câmara Municipal por via agora do financiamento, obviamente que era tolice estar a investir doze milhões de euros, quando tem hipótese de ter o financiamento a cem por cento.---

-----Se há problemas em Tribunal, o Tribunal decidirá, se este edifício não se puder construir o Tribunal embargará, as coisas não são assim como a Senhora Vereadora diz, a Câmara Municipal não está a decidir nada contra o Tribunal, aliás, é engraçado, nessa altura, a Senhora Vereadora era lá assessora. -----

-----O Senhor Vice-Presidente chamou aqui a atenção de um problema, esse sim, absolutamente ilegal, embargado pelo Tribunal, cumprida pelo Tribunal a decisão dando razão à Câmara e ninguém a ouviu falar, não enquanto lá estava e eu compreendo, mas depois de ter sido



Câmara Municipal  
de Oeiras

eleita Vereadora desta Câmara, não percebo, porque é que nunca chamou aqui à colação a necessidade de um embargo do edifício do Centro Náutico no Terraplano de Algés e a Senhora Vereadora sabe isso muito bem, está embargado a pedido da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- A Câmara Municipal de Oeiras embargou, o Porto de Lisboa apresentou uma providência cautelar para não ser embargado, o Tribunal deu razão à Câmara, continua embargado, porque o Tribunal considera que quem devia de dar o licenciamento era a Câmara e não o Porto de Lisboa e é interessante, tão legalista como a Senhora Vereadora é e até hoje procura saber do aterro, onde vai ser feito uma coisa de automóveis, no Casal das Chocas, dizendo que esse aterro é ilegal, que está em cima da Ribeira da Lage, a Senhora Vereadora está a ver por um binóculo a Ribeira da Lage, porque só com um binóculo de lentes muito aproximadas é que se vê a Ribeira da Lage e não é Ribeira da Lage, porque aquilo é uma pequena linha de água que vai dar à Ribeira da Lage, mas aquilo que diz nas redes sociais é a Ribeira da Lage. -----

----- É engraçado, onde é que está a sua coragem para agora que é Vereadora da Câmara de Oeiras, chamar a atenção, porque é que o Porto de Lisboa não cumpre com a lei, tem uma obra clandestina em construção, já foi declarada clandestina no Tribunal e a Vereador da Câmara de Oeiras devia quer saber, ainda não fez nenhuma pergunta sobre isso, é curioso, já devia de ter perguntado e não fez a pergunta, realmente a Senhora Vereadora tem dois pesos e duas medidas.

----- Por outro lado, as ações até já estão declaradas extintas em Sintra, mas estivessem ou não a Câmara Municipal cumpre sempre as decisões do Tribunal.-----

----- Vamos fazer quatro edifícios em Tercena com sessenta apartamentos, no entanto, há um morador em Sintra que reclama de um dos edifícios, porque está à frente da sua casa, tem todo o direito de reclamar, o que não quer dizer que se reconheça esse direito, tem ali a sua casa e não quer que se faça ali mais nenhuma.-----

----- A questão do Monte Flor e toda aquela zona, estava o alvará já em vias de emissão

de todas as moradias que ali estão e houve um proprietário ou pseudo proprietário que reclamou dizendo que estavam a construir moradias no terreno dele e não é à Câmara que compete certificar essa situação, é ao Tribunal, mas a Câmara Municipal respondeu muito bem dizendo faça prova do seu direito de propriedade e ele não fez, dizia que tinha direito a dez ou doze mil metros quadrados, mas não sabia onde é que eram, mas tinha uma certidão onde dizia que tinha naquela zona essa área.-----

-----Foi notificado várias vezes para apresentar esse comprovativo, não apresentou e a Câmara Municipal não podia estar a prejudicar todos os outros e remetendo a responsabilidade para nós próprios emitiu o dito alvará de loteamento, passados talvez uns vinte anos é que o Tribunal se veio a pronunciar, mas mesmo assim ainda hoje não se sabe qual é o terreno. -----

-----A mesma situação se passa na Tapada do Mocho em que há uma Senhora que reclama ali duzentos ou trezentos metros e não sabe onde ficam, são situações que acontecem.---

-----Podem não ser emitidas determinadas licenças para certos edifícios, porque tem que se salvaguardar possíveis indemnizações, mas no caso concreto do Alto da Montanha as coisas estão mais ou menos clarificadas. -----

-----Seja qual for a situação, compete ao Tribunal fazer exercer os direitos de quem os reclama. --- -----

-----Temos um historial enorme, o Ministério Público em Oeiras é de um rigor fantástico, basta que haja uma dúvida qualquer, embarga logo, temos aí vários exemplos. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo pode chamar aquilo que lá na minha terra se diz “desculpas de mau pagador”, mas que vota contra a habitação social vota, isso é que não restam dúvidas e esse é mais um ferrete que fica na sua testa, isto é, vai estar sempre contra a habitação social.-----

-----A situação de Tercena que já referi, contra esses não vai estar, mas depois eu direi as razões do porquê, mas está a favor de todos aqueles onde não haja nenhum argumentozinho



Câmara Municipal  
de Oeiras

contra, aí não tem argumento, onde tiver o mínimo argumento a Senhora Vereadora Carla Castelo estará contra, mas é para os cidadãos saberem, sobretudo os pobres, os que precisam de casa, aliás, eu tenho a ideia que o pessoal moderno do Bloco de Esquerda vive todo em Oeiras nos últimos vinte anos e não têm a mínima noção do que era Oeiras há vinte anos atrás. -----

----- Começaram a vir porque isto era um sítio chique, ótimo para viver, com tranquilidade, com espaços verdes, não tenho dúvidas que a esquerda chique gosta de viver em Oeiras, mas não conhecem o que isto era. -----

----- A Senhora Vereadora Teresa Bacelar vai providenciar com a Senhora Vereadora Carla Rocha para na próxima reunião se fazer a apresentação do vídeo do Carlos Narciso, porque é importante para fazermos o comentário a esse tipo de coisas, que é para ver se ao menos nos sintonizamos no que diz respeito ao que é a casa do ponto de vista da dignidade da pessoa humana, acho que é importante teorizarmos um bocadinho sobre isso. -----

----- Este Governo parece não ter dúvidas, porque quer o Programa Primeiro Direito, quer o PRR funda-se na questão da dignidade da família. -----

----- Senhora Vereadora não me desiludiu, pelo contrário.”-----

----- II - A Câmara deliberou, maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “Empreendimento Habitacional do Alto da Montanha - Processo NPH/zero quatro/DPCHM/dois mil e vinte”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do concurso em onze milhões quatrocentos e noventa e quatro mil trezentos e vinte e sete euros e trinta cêntimos, acrescida de IVA, à taxa legal em vigor, sendo o

prazo previsto para a sua execução de dezoito meses. -----

-----As peças do procedimento, que incluem o projeto de execução. -----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, e alterações subsequentes, conjugados com o artigo tricentésimo décimo oitavo, da Lei número dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março. -----

**49 - PROPOSTA Nº. 256/22 - DOT - APROVAÇÃO DO ESTUDO DE RECONVERSÃO URBANÍSTICA PARA OS TERRENOS MUNICIPAIS DA EX-COMPANHIA NACIONAL PETROQUÍMICA (CNP): -----**

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Estudo de Reversão Urbanística para os terrenos Municipais da Ex-Companhia Nacional de Petroquímica, nos termos detalhados no “Memorando de Enquadramento”, com vista à preparação do procedimento de alienação por hasta pública dos seguintes prédios propriedade do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Município: prédio número oitocentos e quarenta e um (registo predial número quatro mil e setenta e quatro/Oeiras), prédio número cinco mil trezentos e sessenta e nove (registo predial número três mil seiscientos e sessenta e nove/Paço de Arcos), prédio número mil oitocentos e cinquenta e dois (registo predial número três mil novecentos e nove/Paço de Arcos) e prédio número sete mil e vinte e seis (registo número mil quinhentos e sessenta e um/Paço de Arcos. ----

----- Nos termos do artigo quinquagésimo sexto, do regulamento do Plano Diretor Municipal de Oeiras.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:-

----- “Temos aqui uma reconversão urbanística com impactos negativos no território e na qualidade de vida das pessoas. Só para áreas de estacionamento são vinte e três mil metros quadrados (dois vírgula três hectares) sendo previstos duzentos e sessenta e oito veículos relacionados com os usos de serviços e cento e oitenta diretamente associados à habitação.-----

----- Na simulação, a Via Longitudinal Sul está visível, com quatro vias. Isto não é um detalhe, pois desmonta todas as informações que têm andado a ser veiculadas para esta via, apresentada eufemisticamente como “avenida urbana”. Fica claro que hoje a dita “VLS” funciona com duas vias, amanhã já serão quatro vias. À atenção de todos os bairros que ficarão com a VLS no seu espaço. -----

----- O detalhe da “Praça Oeiras Valley” localizada em frente ao empreendimento, englobado num suposto “corredor verde” que, infelizmente, apenas visa servir de “flor na lapela” para todas estas intervenções especulativas. -----

----- Um dos edifícios propostos tem dezassete pisos acima do solo. Meia dúzia de metros acima temos a famosa “Quinta do Torneiro” que, apesar do PSPCACO a defender integralmente, é totalmente urbanizada à exceção do edifício da mesma. Para se ter a ideia da “sustentabilidade” de tudo isto, até a linha de água a céu aberto (Ribeira de Porto Salvo) é cuidadosamente enterrada dentro da operação urbanística, o que mostra bem o nível de preocupações ambientais.” -----

**50 - PROPOSTA Nº. 257/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS, REFERENTE À TEMPORADA 2022, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº. 253/2014:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras no valor de cento e quarenta e cinco mil euros, pagamento a efetuar em duas prestações com valor unitário de setenta e dois mil e quinhentos euros, durante os meses de abril e julho. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

**51 - PROPOSTA Nº. 258/22 - DPU - P108/2021 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/1996, SOLICITADA PELA TAGUSPARK, S.A.:-----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número dois, de mil novecentos e noventa e seis, solicitada pela Taguspark, Sociedade Anónima, na qualidade de titular do alvará de loteamento.-----

----- Comunicar à requerente.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:-

----- “Este loteamento vai trazer pelo menos cerca de dois mil e quinhentos carros para o Concelho de Oeiras, aumentar o congestionamento e as emissões, ao instalar a sede do Novo Banco e mais duas mil e seiscentas pessoas a trabalharem num local longe das áreas urbanas e transportes, portanto pensado para ir de automóvel. Entretanto, considerando esse erro como um dado adquirido, o processo já está em curso, a proposta em si é correta, de colocar canais de mobilidade ativa a permear o loteamento.”-----

**52 - PROPOSTA Nº. 259/22 - DRU - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EMPREITADA “01/DRU/2020 INFRAESTRUTURAS ZONA C - FASE I - LAJE”:------**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a prorrogação de prazo conforme pedido, por um período de noventa e oito dias, até vinte e nove

de julho de dois mil e vinte e dois, não tendo esta prorrogação qualquer implicação no valor contratualizado para a execução da empreitada.-----

-----A minuta de adenda ao contrato número cento e setenta e quatro, de dois mil e vinte e um e remessa ao serviço competente, para formalização da mesma.-----

-----Os planos de trabalho e de pagamentos. -----

-----Nos termos do artigo tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea a) e artigo tricentésimo décimo segundo, alínea b), do Código de Contratos Públicos.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Decreto-Lei número quatro de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Após a votação saíram da sala definitivamente os **Senhores Vereadores Armando Soares, Fernando Curto e Susana Duarte.**-----

**53 - PROPOSTA Nº. 260/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE 3 MENSALIDADES DO SUBSÍDIO MENSAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição do subsídio mensal às sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, correspondendo a cada uma o valor de dezanove mil e quarenta e sete euros por mês, perfazendo o montante total de trezentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e sete euros.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. - -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

**54 - PROPOSTA Nº. 261/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, ÀS 7 ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no valor total de cinquenta e dois mil e quinhentos euros, às sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Oeiras, sendo concedida, a cada Associação as mensalidades relativas ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois, do subsídio de fardamento e EPI, correspondendo ao valor unitário de sete mil e quinhentos euros. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. ---- -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário.- -----

**55 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

-----Às dezanove horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

**O Presidente,**



\_\_\_\_\_  
(Isaltino Moraes)

**A Chefe de Divisão,**



Vera Lúcia da Rocha  
Ferreira de Carvalho de  
Ascensão / 500745943  
2022.04.20 14:21:16  
+01'00'

\_\_\_\_\_  
(Vera Carvalho)